



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA – DEGGAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL – PPGAS-
UFAM**

JANDERCLEI DA SILVA VALE

**MIGRANTE SURDO VENEZUELANO EM MANAUS: DESAFIOS E
RELAÇÕES DE TRABALHO**

MANAUS
2026

JANDERCLEI DA SILVA VALE

MIGRANTE SURDO VENEZUELANO EM MANAUS: DESAFIOS E
RELAÇÕES DE TRABALHO

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Orientador(a): Prof. Dr. José Exequiel Basini Rodriguez

Linha de pesquisa: A cidade e o urbano, migrações, patrimônios e territórios

MANAUS
2026

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

V149m Vale , Janderlei da Silva
Migrante surdo venezuelano em Manaus: desafios e relações de trabalho
/ Janderlei da Silva Vale . - 2026.
87 f. : il., color. ; 31 cm.

Orientador(a): José Exequiel Basini Rodriguez .
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa
de Pós-Graduação em Antropologia Social, Manaus, 2026.

1. Migração. 2. Surdez. 3. Língua de Sinais. 4. Inclusão social. 5.
Trabalho. I. Rodriguez, José Exequiel Basini. II. Universidade Federal do
Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. III.
Título

JANDERCLEI DA SILVA VALE

MIGRANTE SURDO VENEZUELANO EM MANAUS: DESAFIOS E
RELAÇÕES DE TRABALHO

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Orientador(a): Prof. Dr. José Exequiel Basini Rodriguez

Data de aprovação: 30/06/2026

Banca examinadora

Prof. Dr. José Exequiel Basini Rodrigues - Presidente
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof^a. Dr^a Ana Carla dos Santos Bruno - Examinador interno
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof^a. Dr^a. Claudina Azevedo - Examinador externo
Instituto Federal do Amazonas - IFAM

Manaus - Amazonas
2026

Dedicatória – Dedico este trabalho à minha família, amigos, a comunidade escolar da UFAM, aos amigos da comunidade surda e a todos que, de alguma maneira, apoiaram esta jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela vida, pela saúde e pela força concedida ao longo desta trajetória acadêmica.

À minha família, expresso minha profunda gratidão, em especial ao meu pai, Miguel Castro Vale (in memoriam), cuja memória permanece como fonte de inspiração, e à minha mãe, Meires Socorro da Silva Vale, pelo apoio incondicional, dedicação e incentivo constante. Ao meu irmão, Jackson da Silva Vale, pelo companheirismo ao longo dessa caminhada.

Reconheço que este percurso foi marcado por desafios relacionados às condições de acesso e permanência na formação acadêmica, os quais contribuíram para meu amadurecimento pessoal e intelectual ao longo do mestrado. Destaco, nesse processo, a importância das interações estabelecidas, especialmente com o amigo Hamilton, cujas contribuições foram fundamentais para meu primeiro contato com a temática da migração e para o direcionamento dos meus estudos em Antropologia Social.

Agradeço, de modo especial, ao meu orientador, Dr. José Basini, pela orientação qualificada, pela paciência, pelo rigor acadêmico e pelas contribuições teóricas e metodológicas que foram essenciais para a construção deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), agradeço pelas contribuições acadêmicas e pelo compromisso com a formação crítica. Aos membros da banca de qualificação e defesa, expresso minha gratidão pelas leituras atentas e pelas valiosas contribuições para o aprimoramento desta dissertação. À minha esposa, Cristhiane Costa Vale, agradeço pelo apoio e compreensão ao longo desta trajetória, e ao meu filho, João Lucas Costa Vale, por ser fonte de motivação constante. Ressalto a importância do diálogo entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Antropologia Social, na valorização da dimensão visual da linguagem e na ampliação de perspectivas inclusivas. Por fim, destaco a relevância de refletir sobre as experiências de migração e refúgio, reafirmando o compromisso com a inclusão, a equidade e o respeito à diversidade.

Agradeço a todos!

RESUMO

A presente dissertação investiga a experiência migratória de surdos venezuelanos residentes em Manaus, considerando as dimensões sociais, culturais, linguísticas e laborais que atravessam esse processo. Inserida no contexto da mobilidade humana contemporânea, a pesquisa analisa a intensificação dos fluxos migratórios da Venezuela para o Brasil, impulsionados por uma crise econômica e social que tem levado milhares de pessoas a buscar melhores condições de vida. Nesse cenário, os sujeitos surdos enfrentam desafios específicos relacionados à comunicação e à inclusão social, evidenciando a complexidade de suas trajetórias. A investigação adota uma abordagem qualitativa de caráter etnográfico, utilizando entrevistas semiestruturadas e observação participante, envolvendo quatro surdos venezuelanos residentes em Manaus. A análise dos dados foi realizada por meio de procedimentos de codificação qualitativa — aberta, axial e seletiva — articulados à perspectiva da descrição densa, possibilitando compreender os significados culturais presentes nas narrativas. Os resultados indicam que a migração está diretamente associada às dificuldades econômicas vivenciadas no país de origem, enquanto o processo de adaptação no Brasil é marcado por barreiras linguísticas decorrentes das diferenças entre a Língua de Sinais Venezuelana, a Língua Brasileira de Sinais e a língua portuguesa. Essas dificuldades impactam o acesso a serviços, educação e trabalho, configurando uma situação de dupla exclusão. A inserção no mercado de trabalho revela-se central para a sobrevivência e autonomia, embora marcada por instabilidade e vulnerabilidade social. Nesse contexto, as redes de apoio, formadas por familiares, amigos e membros da comunidade surda, desempenham papel fundamental na adaptação e na construção de vínculos sociais. A pesquisa também evidencia que a experiência migratória envolve processos de negociação identitária, nos quais língua, cultura e vivências se articulam na construção de novos sentidos de pertencimento. Além disso, a análise dos elementos não verbais da comunicação em língua de sinais ampliou a compreensão das narrativas, revelando dimensões simbólicas e emocionais das experiências vividas. Conclui-se que a migração dos surdos venezuelanos em Manaus constitui um processo complexo, que ultrapassa o deslocamento geográfico e envolve transformações nas formas de viver, comunicar-se e construir sentidos em novos contextos socioculturais, evidenciando a necessidade de políticas públicas que promovam acessibilidade, inclusão e garantia de direitos.

Palavras chave: Migração; Surdez; Língua de Sinais; Inclusão social; Trabalho.

ABSTRACT

This dissertation investigates the migratory experience of Venezuelan deaf individuals living in Manaus, considering the social, cultural, linguistic, and labor dimensions that shape this process. Within the context of contemporary human mobility, the study examines the intensification of migration flows from Venezuela to Brazil, driven by a severe economic and social crisis that has led thousands of people to seek better living conditions. In this scenario, deaf individuals face specific challenges related to communication and social inclusion, highlighting the complexity of their trajectories. The research adopts a qualitative ethnographic approach, using semi-structured interviews and participant observation, involving four Venezuelan deaf participants residing in Manaus. Data analysis was conducted through qualitative coding procedures—open, axial, and selective—combined with the perspective of thick description, enabling the interpretation of cultural meanings present in the narratives. The findings indicate that migration is strongly associated with economic hardships in the country of origin, while the adaptation process in Brazil is marked by linguistic barriers arising from differences between Venezuelan Sign Language, Brazilian Sign Language, and written Portuguese. These barriers directly affect access to services, education, and employment, resulting in a condition of double exclusion. Labor market insertion emerges as a central element for survival and autonomy, although often characterized by instability and social vulnerability. In this context, support networks play a crucial role in adaptation and social integration. It is concluded that the migratory experience of Venezuelan deaf individuals is a complex process that goes beyond geographical displacement, involving transformations in ways of living, communicating, and constructing meanings in new sociocultural contexts, highlighting the need for inclusive public policies.

Keywords: Migration; Deafness; Sign Language; Social inclusion; Work.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CPF – Cadastro de Pessoas Físicas

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

IFAM – Instituto Federal do Amazonas

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LBI – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

LSV – Língua de Sinais Venezuelana

MPT – Ministério Público do Trabalho

PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

RG – Registro Geral

SINE – Sistema Nacional de Emprego

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

TRAJETÓRIA DE VIDA

INTRODUÇÃO.....	16
1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
1.1 Tipo de pesquisa	20
1.2 Campo de pesquisa	20
1.2.1 A construção do campo etnográfico.....	21
1.3 Agentes da pesquisa	24
1.4 Coleta de dados	24
1.5 Análise de dados	25
2 ANÁLISE DOS DADOS NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS	
ETNOGRÁFICAS.....	28
3 IDENTIDADES CULTURAIS E RELAÇÕES DE TRABALHO DOS SURDOS	
VENEZUELANOS	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS	57
ANEXOS.....	62
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DISSERTAÇÃO.....	62
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO EXPRESSÕES NÃO VERBAIS.....	64
LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. (LEI DA LIBRAS).....	66
DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.....	68
IMAGENS E TEXTOS APÓS ALGUMAS ENTREVISTAS.....	86

TRAJETÓRIA DE VIDA

Nasci em um hospital público, o Hospital São José, atualmente Unimed, localizado na Avenida Constantino Nery. Sou filho de Miguel Castro Vale (in memoriam) e Mêires Socorro da Silva Vale, ambos de origem humilde, meu pai nascido no Careiro da Várzea e minha mãe nascida em Manaus. À época, residíamos na Rua São Vicente, bairro Morro da Liberdade. O contexto social do período era marcado por baixa cobertura vacinal infantil; por essa razão, recebi minha primeira vacina apenas por volta dos quatro ou cinco anos de idade, durante uma campanha realizada nas vias públicas.

Segundo relato materno, aos nove meses de vida eu apresentava balbúcio compatível com o desenvolvimento esperado para a idade, pronunciando sons como “papa”, “dá” e “água”. Entretanto, após contrair sarampo — episódio que quase resultou em óbito — houve interrupção desse processo. A partir de então, minha mãe passou a observar ausência de resposta a estímulos sonoros. Fui encaminhado ao pediatra que, sem a realização de exames complementares, atribuiu a perda auditiva a possíveis sequelas do sarampo, afirmando que meus tímpanos teriam sido comprometidos. Diante da limitação de informações disponíveis naquele período, minha mãe aceitou tal explicação. Aproximadamente cinco anos depois, com o nascimento de meu irmão mais novo, minha mãe identificou precocemente sinais de surdez também nele. Esse fato a levou a realizar uma análise retrospectiva do meu comportamento neonatal, concluindo que eu não apresentava reações típicas a estímulos auditivos, excetuando-se sons de alta intensidade, como foguetes e trovões.

Minha infância transcorreu de forma socialmente ativa: eu brincava na rua e mantinha vínculos de amizade com outras crianças. Contudo, por volta dos cinco anos de idade, passei a questionar as diferenças comunicativas entre mim e meus pares ouvintes. Nesse processo, minha mãe adotou uma postura de encorajamento, enfatizando minhas potencialidades e reforçando a compreensão de que a surdez não inviabilizaria minha trajetória educacional, profissional e afetiva. Desse modo, no âmbito familiar, meus pais optaram por uma educação pautada simultaneamente no afeto e na disciplina, em consonância com os valores socioculturais da época. Minha mãe rejeitava discursos de piedade dirigidos a mim e a meu irmão, ressaltando que, embora não ouvíssemos, compreendemos as orientações e éramos plenamente capazes de aprender e nos desenvolver. Em perspectiva retrospectiva, reconheço que as práticas educativas adotadas por minha família refletiam o conhecimento e as

concepções disponíveis naquele contexto histórico. Ainda assim, tais práticas contribuíram significativamente para a construção de minha autonomia e de minha postura resiliente.

Desde a infância, fui estimulado ao estudo e ao trabalho. Entre cinco e seis anos de idade, já auxiliava minha mãe na taberna da família, ocasião em que desenvolvi habilidades matemáticas básicas, como registro de preços e cálculo de valores. Considerando que, naquele período, produtos como arroz, farinha e feijão eram comercializados a granel, tais atividades exigiam raciocínio rápido e precisão. Aos nove anos, eu já assumia a responsabilidade de atender no estabelecimento enquanto minha mãe preparava o almoço.

Minha formação escolar teve início na Escola Estadual Augusto Carneiro dos Santos, no centro de Manaus, onde tive acesso à Língua Brasileira de Sinais (Libras), além dos conteúdos curriculares regulares. A presença de professores comprometidos com a mediação em Libras foi decisiva para meu desenvolvimento acadêmico e social. Posteriormente, estudei em instituições do bairro Cachoeirinha, como a Escola Getúlio Vargas, onde concluí o ensino fundamental e médio, enfrentando dificuldades, mas contando sempre com apoio de colegas e docentes.

Na adolescência, delineei meu projeto de vida voltado à área da educação. Estudei no Instituto Batista das Américas, onde aprofundei conhecimentos em Libras, Bíblia, ciências e outras disciplinas. Posteriormente, ingressei no ensino superior, cursando Pedagogia na Faculdade Martha Falcão e também a graduação em Letras Libras, consolidando minha formação acadêmica. Desde então, meu propósito tem sido atuar em prol da inclusão educacional e social das pessoas surdas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais acessível e igualitária.

Minha trajetória profissional se entrelaça ao percurso acadêmico. Trabalhei na fábrica Honda, em diferentes turnos, a fim de conciliar trabalho e estudos. Além disso, participei de estágios e cursos de capacitação, demonstrando comprometimento contínuo com a aprendizagem e com o aprimoramento das práticas pedagógicas voltadas à comunidade surda.

Destaco também minha atuação junto à comunidade surda, tanto local quanto internacional. Tenho parcerias de amizade e aprendizado com colegas surdos, como Hamilton e Jackson, e mantenho envolvimento com surdos venezuelanos, conhecendo suas vivências, desafios relacionados à documentação e às oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Essas experiências ampliaram minha compreensão sobre as barreiras sociais e culturais enfrentadas pelas pessoas surdas e fortaleceram minha determinação em lutar por seus direitos.

Apesar das adversidades socioeconômicas e comunicacionais, mantenho firme minha convicção de que a educação e a inclusão são caminhos fundamentais para a transformação

social. Acredito que, por meio da fé, da perseverança e do apoio de pessoas que reconhecem o potencial dos sujeitos surdos, é possível superar limitações e alcançar conquistas significativas.

Assim, reafirmo meu compromisso em continuar os estudos, ampliar minha atuação profissional e contribuir para a valorização e o fortalecimento da comunidade surda, promovendo o acesso à educação de qualidade e à cidadania plena.

Minha trajetória no PPGAS: entre a docência em Libras e a construção do olhar antropológico

Meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Amazonas representou um marco importante em minha trajetória acadêmica e profissional. Até então, minha formação e minha atuação estavam profundamente vinculadas à educação de surdos, à Língua Brasileira de Sinais (Libras) e às práticas pedagógicas voltadas para a inclusão. Ao iniciar o mestrado, deparei-me com um novo universo teórico e metodológico que exigiu uma profunda transformação na maneira como eu compreendia a sociedade, a cultura e as relações humanas.

No início dessa caminhada, a Antropologia ainda era um campo desconhecido para mim. Muitos conceitos discutidos nas disciplinas, como cultura, alteridade, etnografia, descrição densa, relativismo cultural, identidade e pertencimento, apresentavam significados que ultrapassavam minha experiência anterior na área da educação. Como pesquisador surdo, compreender essas categorias exigiu um esforço contínuo de aprendizagem, pois, além da complexidade inerente aos conceitos antropológicos, havia também o desafio da tradução entre diferentes formas de linguagem e pensamento. Em muitos momentos, foi necessário reconstruir significados, estabelecer relações entre os conceitos apresentados pelos professores e minha experiência visual de mundo.

Esse processo foi permeado por desafios. A Antropologia possui uma tradição fortemente baseada na leitura, na interpretação de textos densos e na produção escrita. Para mim, que tenho a Libras como principal língua de comunicação, compreender determinados conceitos demandava tempo, diálogo constante com professores, intérpretes e colegas, além de inúmeras releituras dos textos. Não se tratava apenas de traduzir palavras para Libras, mas de compreender formas distintas de interpretar a realidade social. Aos poucos, percebi que aprender Antropologia significava também aprender uma nova maneira de olhar o mundo.

Ao longo do curso, compreendi que o trabalho antropológico vai muito além da observação. Aprendi que fazer etnografia exige escutar, observar, conviver, registrar e

interpretar os significados atribuídos pelas pessoas às suas próprias experiências. Essa compreensão modificou profundamente minha forma de realizar pesquisas e também minha atuação profissional. Como professor de Libras, minha preocupação sempre esteve voltada ao ensino da língua, ao desenvolvimento da comunicação e à promoção da inclusão. Já como antropólogo em formação, passei a compreender que, antes de qualquer intervenção, é necessário conhecer os contextos culturais, as trajetórias de vida, os processos de construção identitária e os significados que cada sujeito atribui às suas experiências.

Essa mudança de perspectiva tornou-se evidente durante a realização desta pesquisa. Antes, meu olhar concentrava-se principalmente nas barreiras linguísticas enfrentadas pelos surdos. A Antropologia ampliou essa compreensão, permitindo perceber que as dificuldades vivenciadas pelos migrantes surdos venezuelanos não se restringem à comunicação. Elas envolvem processos complexos de deslocamento, pertencimento, identidade, relações de trabalho, redes de solidariedade, políticas públicas e produção de novos sentidos de vida em um território desconhecido. Passei a compreender que cada narrativa carregava dimensões culturais, históricas e sociais que somente poderiam ser entendidas por meio da convivência e da escuta atenta.

Também compreendi que existe uma diferença significativa entre o olhar do professor e o olhar do antropólogo. O professor busca ensinar, orientar e compartilhar conhecimentos. O antropólogo, por sua vez, procura compreender, interpretar e aprender com as experiências do outro, evitando julgamentos e valorizando os diferentes modos de viver e compreender o mundo. Durante o trabalho de campo, precisei constantemente equilibrar essas duas dimensões. Em diversos momentos, minha experiência como professor despertava o desejo de orientar ou auxiliar imediatamente os participantes. Entretanto, a formação antropológica ensinou-me a, inicialmente, observar, escutar e compreender os significados construídos por eles antes de qualquer interpretação.

Essa experiência também transformou minha própria identidade como pesquisador. Ao investigar as trajetórias de migrantes surdos venezuelanos, percebi que minha condição de pesquisador surdo favorecia relações de confiança, proximidade e empatia que dificilmente seriam construídas da mesma forma por um pesquisador ouvinte. Ao mesmo tempo, compreendi que compartilhar a experiência da surdez não significava compartilhar automaticamente as mesmas vivências culturais, linguísticas ou migratórias. Essa percepção reforçou a necessidade de desenvolver um olhar antropológico capaz de reconhecer as diferenças existentes dentro da própria comunidade surda.

Ao concluir essa etapa da minha formação, reconheço que a Antropologia ampliou profundamente minha maneira de compreender a surdez, a migração e as relações sociais. Mais do que oferecer novos referenciais teóricos, ela me ensinou a construir um olhar sensível às diferenças, às narrativas e às múltiplas formas de produção de conhecimento. Essa transformação ultrapassa os limites desta pesquisa e passa a integrar minha atuação como professor, pesquisador e membro da comunidade surda, reafirmando meu compromisso com uma produção científica comprometida com a diversidade, a inclusão e o respeito às diferentes experiências humanas.

INTRODUÇÃO

A compreensão da migração internacional para o Brasil requer sua inserção no contexto mais amplo da mobilidade humana contemporânea. Nesse sentido, Baeninger (2015) destaca que “o Brasil passa a se inserir de forma mais intensa nos fluxos migratórios internacionais contemporâneos”. Ademais, a literatura demográfica evidencia que a mobilidade populacional constitui elemento estruturante das transformações sociais e territoriais, uma vez que “a mobilidade espacial da população constitui elemento central da dinâmica demográfica brasileira” (Baeninger, 1999).

Observa-se, ainda, uma reconfiguração recente do perfil migratório brasileiro. Conforme assinalam Fernandes; Castro (2014), “a chegada de haitianos inaugura uma nova fase da imigração internacional no Brasil”, indicando a intensificação de fluxos provenientes do Sul Global. Esse cenário contribui para a compreensão do atual movimento de venezuelanos em direção ao território brasileiro.

A intensificação dos fluxos migratórios na América Latina tem evidenciado o deslocamento de populações em busca de melhores condições de vida, destacando-se o aumento significativo da migração venezuelana para o Brasil nos últimos anos. Esse movimento configura-se como um dos fenômenos mais expressivos da atualidade na região amazônica, estando diretamente relacionado à grave crise econômica, social e política enfrentada pela Venezuela. A escassez de alimentos, medicamentos e insumos básicos, associada à instabilidade institucional e à insegurança social, tem impulsionado milhares de cidadãos a atravessar fronteiras em busca de condições mais dignas de sobrevivência. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2023), mais de 7,7 milhões de venezuelanos deixaram o país desde 2015, sendo o Brasil um dos principais destinos de acolhida na América Latina.

Nesse contexto, a fronteira entre Venezuela e Brasil, especialmente no estado de Roraima, consolidou-se como uma das principais rotas migratórias, concentrando inicialmente a chegada de migrantes em Boa Vista e, posteriormente, sua redistribuição para outras capitais, como Manaus, visto que “a fronteira norte do Brasil, especialmente o estado de Roraima, tornou-se a principal porta de entrada dos migrantes venezuelanos no país” (Silva, 2018, p. 87). Importa destacar que esse processo não envolve apenas migrantes ouvintes, mas também pessoas surdas que buscam a satisfação de suas necessidades enquanto sujeitos de direitos. Além do deslocamento territorial, o processo migratório implica desafios de ordem social,

cultural e, sobretudo, burocrática, tendo em vista que o acesso aos direitos fundamentais no país de acolhida encontra-se diretamente condicionado à regularização documental.

Nessa perspectiva, o fenômeno migratório envolve dois polos complementares: o de emigrar, marcado por rupturas e manutenção de vínculos com o país de origem e o de imigrar, que exige a reconstrução de referências em um novo contexto sociocultural, configurando uma experiência de resignificação identitária (Ramos, 2008). Desse modo, a migração de venezuelanos para o Brasil constitui um dos fenômenos mais expressivos da atualidade na região amazônica, resultante da grave crise econômica, social e política enfrentada pela Venezuela nos últimos anos.

O processo migratório, entretanto, não se limita ao deslocamento geográfico apenas de ouvintes, mas também de surdos que buscam satisfazer suas necessidades enquanto cidadãos. Além disso, esse processo implica em desafios de ordem social, cultural e, sobretudo, burocrática, uma vez que o acesso aos direitos fundamentais no país de acolhida está diretamente vinculado à regularização documental. Embora a saúde e o bem-estar físico figurem como preocupações centrais, os migrantes deparam-se com um conjunto de exigências legais e administrativas que condicionam a efetivação de sua cidadania.

No entanto, outro fator preponderante para que essas necessidades sejam atendidas é a questão da comunicação entre os sujeitos que migram para uma localidade cujo idioma é diferente, situação que se torna ainda mais complexa no caso de migrantes surdos, pois estes enfrentam dupla barreira linguística, a da língua oral do país de acolhida e a da língua de sinais local o que impacta diretamente seu acesso a direitos e serviços (Moraes; Dias, 2019). Além disso, esse percurso burocrático e institucional está intimamente ligado à cultura e à identidade do surdo, uma vez que a inserção no mercado de trabalho vai além da dimensão econômica, representando também a valorização da Língua de Sinais, das práticas comunitárias surdas e da relação de sua identidade cultural em um contexto social e geográfico distinto. Ruzza (2022), afirma que, nesse processo, reconhece-se que essas identidades são plurais e abrangem dimensões como a identidade de pertença, vinculada ao sentimento de inclusão em uma comunidade, e a identidade de projeto, relacionada à construção de caminhos futuros e à afirmação de sua autonomia. Dessa forma, a obtenção da documentação e do acesso aos serviços de saúde constitui etapa essencial para que o migrante surdo exerça plenamente sua cidadania, participe ativamente do mundo do trabalho.

Vale destacar que, no âmbito jurídico, a **Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017)** representa um marco para a proteção dos direitos dos migrantes e refugiados no Brasil, ao estabelecer princípios como a igualdade de tratamento e de oportunidade, a não discriminação

e o acesso a serviços públicos essenciais. Assim, a legislação brasileira dialoga com tratados internacionais de direitos humanos, reafirmando o compromisso do país com a dignidade da pessoa humana.

Assim, os surdos venezuelanos que atualmente residem em Manaus demonstram uma forte tendência a buscar no Brasil melhores condições de vida, especialmente no que se refere ao acesso ao trabalho, à inclusão social e às oportunidades que possam surgir em território nacional. Logo, esse movimento migratório está diretamente relacionado ao desejo de superar as dificuldades enfrentadas em seu país de origem e à esperança de conquistar dias mais promissores. Para Lopes (2018), O Ministério Público do Trabalho deve fomentar a aprendizagem, fortalecer o Sistema Nacional de Emprego - SINE e promover estratégias que garantam trabalho digno e geração de renda, especialmente em setores como agricultura e gestão de resíduos. Neste sentido, a integração da pessoa surda no mercado de trabalho vai além do simples cumprimento das exigências legais, configurando-se como um compromisso ético e social que requer medidas efetivas e de caráter amplo.

Entretanto, há outros elementos que exercem influência nesse processo de busca, entre eles a identidade cultural que os surdos carregam de suas origens. Ao se depararem com uma nova realidade no Brasil, em especial na cidade de Manaus/AM, esses sujeitos enfrentam não apenas questões relacionadas à sobrevivência e ao trabalho, mas também o desafio de conciliar seus valores, costumes e modos de comunicação com a dinâmica cultural local. Para Boas (2005), a concepção de cultura tem como fundamento um relativismo de fundo metodológico, baseado no reconhecimento de que cada ser humano vê o mundo sob a perspectiva da cultura em que cresceu - em uma expressão que se tornou famosa, ele disse que estamos acorrentados aos "grilhões da tradição". Dessa forma, o contato com esse novo contexto social e linguístico evidencia as complexidades da experiência migratória, marcada pela necessidade de adaptação, pela resignificação da própria identidade e pela superação de obstáculos que emergem ao longo desse percurso.

Assim, a maneira como esses indivíduos se relacionam com o mercado de trabalho que se apresenta em seu entorno e com os elementos culturais, aliados às especificidades do mercado de trabalho voltado aos migrantes surdos, configura pontos que necessitam ser investigados, a fim de compreender como essa inserção ocorre e quais são as expectativas de futuro construídas por esses sujeitos. Boas (2005) observa que, nas interações entre tribos e povos, certos elementos culturais são assimilados, enquanto outros são rejeitados. Antigas noções de imposição cultural são substituídas por análises mais detalhadas do intercâmbio cultural. Nessa perspectiva, a análise dessas experiências torna-se fundamental para evidenciar

como esses sujeitos constroem estratégias de pertencimento, adaptação e projeção de futuro no contexto da sociedade de acolhida.

Diante do exposto, formulou-se o seguinte problema científico: quais são os desafios enfrentados pelos surdos venezuelanos em Manaus em decorrência da migração e da inserção no mercado de trabalho, considerando as barreiras linguísticas, culturais e institucionais, e de que forma esses sujeitos constroem sentidos de pertencimento e estratégias de adaptação em um novo contexto social?

Desse modo, o objetivo geral da pesquisa consistiu em investigar a experiência migratória de surdos venezuelanos residentes em Manaus, considerando as dimensões sociais, culturais, identitárias e laborais, com a finalidade de compreender os desafios enfrentados, as estratégias de adaptação desenvolvidas e as potencialidades presentes nos processos de inclusão social e exercício da cidadania.

A partir da análise das narrativas e dos aspectos verbais e não verbais observados nas entrevistas, foi possível identificar que a experiência migratória desses sujeitos é marcada por múltiplos fatores inter-relacionados, envolvendo dificuldades econômicas, barreiras linguísticas, processos de inserção laboral, situações de vulnerabilidade social e a construção de redes de apoio e pertencimento no contexto de acolhimento.

Quanto aos objetivos específicos alcançados pela pesquisa, compreendeu-se de que forma as particularidades culturais e linguísticas dos surdos migrantes se articulam aos processos de adaptação e integração no contexto manauara, evidenciando a influência das diferenças entre a Língua de Sinais Venezuelana (LSV), a Libras e a língua portuguesa escrita nas experiências de comunicação e pertencimento social.

Além disso, identificaram-se as principais barreiras enfrentadas pelos surdos venezuelanos no acesso ao mercado de trabalho, à educação, à saúde e aos serviços públicos, destacando-se dificuldades relacionadas à comunicação, ao reconhecimento linguístico, às condições de vulnerabilidade social e às limitações no acesso a políticas públicas e serviços institucionais.

Por fim, descreveram-se as estratégias de resistência, resignificação e valorização da Língua de Sinais, da Cultura Surda e das múltiplas identidades surdas no processo migratório, evidenciando o papel das redes de apoio, das experiências comunitárias e das práticas culturais na construção de novas formas de pertencimento, inclusão e participação social, bem como suas contribuições para a reflexão sobre políticas públicas mais inclusivas e acessíveis.

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.1 Tipo de pesquisa

A presente pesquisa caracterizou-se como qualitativa, por buscar compreender as percepções, narrativas e sentidos culturais e identitários construídos pelos surdos migrantes, indo além de dados quantitativos e privilegiando a interpretação das experiências vividas. Conforme Silva et al. (2018), a abordagem qualitativa possibilita compreender de maneira mais aprofundada a subjetividade dos indivíduos, permitindo apreender seus detalhes e sua essência. Nessa perspectiva, tal abordagem favorece a construção de conexões entre as experiências empíricas e os referenciais teóricos que sustentam a análise.

Além de qualitativa, a investigação assumiu um cunho etnográfico, pois se volta à compreensão dos modos de vida, das práticas sociais e das interações estabelecidas pelos sujeitos em seus contextos cotidianos. A etnografia, inspirada na tradição antropológica de Bronislaw Malinowski, busca compreender os significados atribuídos pelos participantes às suas próprias experiências, valorizando a observação atenta do contexto sociocultural. Como afirma Malinowski (1978), “o objetivo final da etnografia é compreender o ponto de vista do nativo, sua relação com a vida e sua visão de seu mundo”. Tal perspectiva mostra-se especialmente pertinente para o estudo de surdos migrantes, pois possibilita compreender como constroem vínculos, negociam diferenças linguísticas e elaboram estratégias de inserção social e laboral.

1.2 Campo de pesquisa

Foi nesse contexto institucional que a presente investigação se inseriu, buscando contribuir para o aprofundamento das discussões acerca da migração, da surdez e dos processos de integração sociocultural na Amazônia. O estudo esteve vinculado à Universidade Federal do Amazonas, instituição pública de ensino superior com ampla atuação no estado do Amazonas, contando com seis campi no interior, localizados nos municípios de Benjamin Constant, Coari, Humaitá, Itacoatiara, Parintins e São Gabriel da Cachoeira, além do campus sede em Manaus, que reúne diversas unidades acadêmicas e centros de pesquisa. Entre esses espaços, destacou-se o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM (PPGAS/UFAM),

reconhecido na região Norte por sua produção científica voltada às temáticas amazônicas, interculturais e identitárias.

Vale destacar que a pesquisa foi realizada em residências, abrigos e igrejas que acolhem migrantes venezuelanos surdos na cidade de Manaus. Esses espaços configuraram-se como ambientes de convivência, acolhimento e expressão cultural, nos quais se constroem vínculos comunitários, redes de solidariedade e práticas comunicacionais que evidenciam experiências de migração, identidade, adaptação e resistência. Além de funcionarem como locais de apoio social e compartilhamento de experiências, tais espaços possibilitaram compreender as dinâmicas cotidianas vivenciadas pelos participantes, revelando aspectos relacionados à construção de pertencimento, às estratégias de sobrevivência e aos processos de reorganização social e cultural no contexto migratório.

1.2.1 A construção do campo etnográfico

Geertz (1989); André (2012) destacam que o campo etnográfico não é um espaço previamente dado, mas um processo de construção relacional entre pesquisador e participantes. Nessa perspectiva, a construção do campo etnográfico constituiu uma das etapas mais importantes desta pesquisa, pois permitiu compreender as experiências dos migrantes surdos venezuelanos para além das entrevistas formais, aproximando-me de seu cotidiano, de suas relações sociais e das estratégias utilizadas para enfrentar os desafios da migração. Diferentemente de um campo previamente delimitado, o percurso da pesquisa foi sendo construído gradativamente, a partir das relações de confiança estabelecidas com a comunidade surda e com pessoas que já atuavam no acolhimento de migrantes em Manaus.

O primeiro contato com os participantes ocorreu por intermédio de amigos surdos da comunidade local e de lideranças religiosas que desenvolviam atividades de acolhimento a famílias venezuelanas. Essas pessoas conheciam o objetivo da pesquisa e apresentaram-me aos migrantes surdos que residiam em Manaus. Esse processo foi fundamental para o desenvolvimento do estudo, pois o vínculo de confiança previamente existente facilitou minha aproximação com os participantes e possibilitou que eles se sentissem seguros para compartilhar suas histórias de vida (Minayo, 2014; Flick, 2009).

Segundo Bauman (2003), os espaços de convivência fortalecem os vínculos sociais e o sentimento de pertencimento entre indivíduos que compartilham experiências de deslocamento. Nesse contexto, as igrejas foram escolhidas como um dos principais espaços de observação porque desempenham importante função social junto aos migrantes. Além das

atividades religiosas, esses locais constituem ambientes de acolhimento, convivência e fortalecimento das redes de apoio, onde circulam informações sobre documentação, oportunidades de trabalho, moradia, alimentação e acesso aos serviços públicos. Durante os encontros, observei que muitos surdos venezuelanos utilizavam esses espaços não apenas para participar das celebrações, mas também para encontrar outros migrantes, trocar experiências e construir novas relações de pertencimento (Sayad, 1998).

Os abrigos também integraram o campo da pesquisa por representarem um dos primeiros locais de permanência de muitos migrantes após sua chegada ao Brasil. De acordo com Sayad (1998), os primeiros espaços de acolhimento exercem papel decisivo na reorganização da vida do migrante. Nesses ambientes foi possível compreender as condições iniciais de acolhimento, as dificuldades enfrentadas durante o processo de adaptação e as estratégias utilizadas para reorganizar a vida cotidiana. A convivência permitiu observar situações relacionadas à comunicação, à convivência entre diferentes nacionalidades e às formas coletivas de enfrentamento das dificuldades impostas pela migração, realidade também evidenciada em relatórios do ACNUR (2023).

Geertz (1989) ressalta que a observação do cotidiano permite compreender aspectos culturais que dificilmente emergem em contextos formais de pesquisa. As visitas realizadas nas residências dos participantes possibilitaram uma aproximação ainda mais significativa com suas trajetórias de vida. No ambiente doméstico foi possível compreender aspectos que dificilmente seriam percebidos em entrevistas formais, como a organização familiar, a divisão das despesas, o compartilhamento da moradia, as redes de solidariedade entre migrantes e as formas encontradas para enfrentar as dificuldades econômicas. As conversas desenvolvidas nesses espaços ocorreram de maneira mais espontânea, permitindo que os participantes narrassem suas experiências em um ambiente no qual se sentiam mais confortáveis (Bogdan; Biklen, 1994).

Ao longo do trabalho de campo foram realizadas diversas visitas aos diferentes espaços investigados, distribuídas entre igrejas, abrigos e residências dos participantes. Cada encontro teve duração variável, geralmente entre uma e três horas, dependendo da disponibilidade dos interlocutores e das atividades desenvolvidas no momento da observação. Em muitas ocasiões, as entrevistas foram precedidas ou sucedidas por conversas informais, momentos de convivência e observação participante, procedimento característico da pesquisa etnográfica (Malinowski, 1978; Geertz, 1989).

Emerson, Fretz e Shaw (2011) afirmam que as notas de campo representam parte essencial da produção dos dados etnográficos. Durante todo o processo, procurei registrar não apenas as informações obtidas nas entrevistas, mas também aspectos relacionados às expressões faciais, aos gestos, aos silêncios, às pausas, às emoções e às formas de interação estabelecidas entre os participantes. Após cada visita, elaborava notas de campo contendo descrições detalhadas das situações observadas, das impressões produzidas durante os encontros e dos elementos culturais percebidos ao longo da convivência.

A realização da pesquisa apresentou diferentes desafios metodológicos. O principal deles esteve relacionado às diferenças existentes entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Língua de Sinais Venezuelana (LSV). Quadros e Karnopp (2004) explicam que cada língua de sinais possui estrutura linguística própria, inexistindo correspondência direta entre elas.

Embora eu fosse usuário da Libras, muitos participantes utilizavam predominantemente a LSV, o que exigiu constante negociação linguística durante as entrevistas e momentos de observação. Em diversas situações foi necessário recorrer a gestos, expressões corporais, apontamentos, desenhos, datilologia e repetição de sinais para garantir a compreensão mútua. Em alguns momentos, outros surdos que possuíam maior familiaridade com ambas as línguas contribuíram espontaneamente para facilitar a comunicação entre pesquisador e participantes (Skliar, 1998; Gesser, 2009).

Minayo (2014) destaca que a confiança entre pesquisador e participantes constitui elemento indispensável para a produção de dados consistentes em pesquisas qualitativas. Outro desafio consistiu em conquistar a confiança dos interlocutores. Muitos haviam vivenciado situações de vulnerabilidade, discriminação e insegurança desde sua saída da Venezuela, o que inicialmente gerava certa resistência em compartilhar aspectos de suas histórias pessoais. Entretanto, minha condição de pesquisador surdo favoreceu a construção de vínculos de proximidade e empatia, possibilitando que, gradualmente, os participantes passassem a relatar suas experiências de forma mais espontânea e detalhada (Flick, 2009; Skliar, 1998).

Essa convivência prolongada permitiu compreender que o trabalho de campo ultrapassa a simples aplicação de entrevistas. Fazer etnografia significou compartilhar momentos do cotidiano, observar relações, compreender silêncios, interpretar gestos e reconhecer que cada narrativa era atravessada por experiências de migração, identidade, trabalho e pertencimento.

Como afirmam Clifford (1998) e Ingold (2015), a etnografia é construída na experiência compartilhada e na interpretação das práticas sociais. Foi nesse processo de aproximação contínua que se tornou possível compreender, de maneira mais profunda, as múltiplas dimensões que constituem a experiência dos migrantes surdos venezuelanos residentes em Manaus.

1.3 Agentes da pesquisa

A pesquisa foi realizada com 04 (quatro) migrantes surdos venezuelanos residentes na cidade de Manaus. O grupo foi selecionado intencionalmente, considerando critérios como o tempo de residência no Brasil, o nível de inserção nas redes comunitárias locais e a disponibilidade para participar das etapas do estudo.

Os participantes vivem em diferentes contextos sociais, distribuídos entre residências, abrigos e igrejas que acolhem pessoas em situação de migração e vulnerabilidade, o que permitiu observar distintas formas de adaptação, comunicação e pertencimento. E o estudo desse público visou compreender as experiências vividas pelos surdos venezuelanos no processo de deslocamento, acolhimento e interação com a comunidade local, destacando aspectos culturais, identitários e linguísticos.

Além disso, a análise enfatizou as dinâmicas de construção de sentidos e os modos de organização social que emergem dessas trajetórias, contribuindo para o debate sobre migração, surdez e diversidade cultural na Amazônia.

1.4 Coleta de dados

Para a realização desta pesquisa, adotou-se a entrevista semiestruturada como principal instrumento de coleta de dados. Esse tipo de entrevista caracteriza-se pela utilização de um roteiro flexível de perguntas abertas, que pode ser ajustado conforme o desenvolvimento da interação, permitindo a inclusão de questões emergentes relevantes para o aprofundamento do tema investigado. O encontro presencial possibilitou ao pesquisador captar não apenas as respostas verbais, mas também aspectos expressivos, comportamentais e contextuais que contribuem para uma compreensão ampliada do fenômeno estudado. Outrossim, a entrevista foi elaborada com perguntas apêndices prescindíveis que estavam relacionadas aos objetivos

da pesquisa e com a perspectiva dos entrevistados respondê-las conforme seu entendimento sobre as questões.

Conforme salientam Pereira et al. (2018), a entrevista constitui uma interação direta entre pesquisador e participante, favorecendo a apreensão de informações essenciais por meio do contato face a face e permitindo compreender como determinado fenômeno se manifesta na perspectiva do sujeito. Na mesma direção, Almeida (2021) define a entrevista como uma conversação intencional voltada à obtenção de dados específicos que subsidiam a análise do objeto de estudo. No caso da entrevista semiestruturada, trata-se de uma modalidade que articula direção temática e abertura narrativa, possibilitando maior profundidade interpretativa.

Complementarmente, adotou-se a observação participante como procedimento metodológico. Segundo Oliveira, Santos e Florêncio (2019), essa técnica constitui um recurso relevante para a investigação de práticas culturais, especialmente quando envolve a imersão do pesquisador no contexto social analisado. A observação permitiu identificar formas de interação, estratégias comunicacionais, dinâmicas de sociabilidade e variáveis comportamentais em situações reais, assegurando maior contextualização dos dados (Queiroz et al., 2018).

As observações foram realizadas em atividades cotidianas e encontros comunitários de migrantes surdos venezuelanos em Manaus, com o objetivo de registrar comportamentos, interações e usos linguísticos em Libras e LSV. Paralelamente, durante as entrevistas, utilizou-se um roteiro com campo de anotações, organizado por pergunta, no qual foram registrados elementos contextuais, impressões do pesquisador, expressões corporais, pausas, hesitações e aspectos não verbais relevantes. Conforme destaca Flick (2009), a entrevista qualitativa ultrapassa o simples registro das falas, exigindo atenção ao contexto de produção do discurso e às condições da interação, elementos fundamentais para a construção de sentidos. O roteiro com campo de anotações funcionou, portanto, como instrumento complementar, permitindo o cruzamento entre dados narrativos e observacionais, ampliando a consistência analítica da pesquisa.

Desse modo, a articulação entre entrevista semiestruturada, observação participante e registro sistemático em campo constituiu um conjunto metodológico coerente e sensível às particularidades socioculturais do grupo investigado

1.5 Análise dos dados

A análise dos dados foi desenvolvida a partir de uma perspectiva etnográfica e

interpretativa, buscando compreender os sentidos atribuídos pelos próprios participantes às suas experiências migratórias, linguísticas e sociais no contexto da cidade de Manaus. Mais do que identificar categorias temáticas isoladas, a pesquisa concentrou-se em interpretar como os surdos venezuelanos constroem suas trajetórias, estabelecem relações sociais e produzem formas de pertencimento diante dos desafios relacionados ao deslocamento, à comunicação e à inserção em um novo contexto cultural.

Inspirada na perspectiva da descrição densa proposta por Clifford Geertz (1989), a análise procurou compreender os significados presentes nas práticas, narrativas e interações observadas em campo. Para Geertz (1989), a cultura constitui uma “teia de significados” produzida socialmente pelos sujeitos, cabendo ao pesquisador interpretá-la a partir das experiências cotidianas. Nessa direção, o trabalho analítico não se restringiu ao conteúdo literal das entrevistas, contemplando também gestos, silêncios, emoções, expressões corporais e formas de interação observadas nos diferentes espaços frequentados pelos participantes.

Conforme destaca Roberto Cardoso de Oliveira (2000), o fazer etnográfico envolve o exercício do “olhar, ouvir e escrever”, permitindo ao pesquisador construir interpretações sensíveis das relações sociais observadas em campo. Nessa perspectiva, o trabalho de campo realizado em residências, igrejas, abrigos e encontros comunitários possibilitou acompanhar diferentes situações do cotidiano dos interlocutores, incluindo práticas de solidariedade, desafios de comunicação entre a Libras e a Língua de Sinais Venezuelana (LSV), experiências relacionadas ao trabalho e estratégias de acesso a serviços públicos e à documentação.

No contexto desta pesquisa, entretanto, a dimensão da escrita etnográfica assume características particulares em razão da experiência surda. Mais do que transcrever informações coletadas em campo, escrever implica realizar um processo de tradução intercultural e interlinguística, no qual experiências expressas visualmente por meio das línguas de sinais são interpretadas e convertidas para a linguagem acadêmica escrita. Desse modo, a escrita etnográfica exige atenção às especificidades da comunicação visual, incorporando descrições de expressões faciais, movimentos corporais, usos do espaço e demais elementos culturais que participam da construção de sentidos pelos interlocutores.

Assim, o ato de escrever não se limita ao registro dos dados, mas constitui um exercício interpretativo que busca tornar inteligíveis as experiências, narrativas e formas de sociabilidade dos surdos migrantes, respeitando as particularidades linguísticas e culturais que marcam suas trajetórias de vida.

Vale destacar que a convivência prolongada com os participantes permitiu compreender aspectos que dificilmente emergiriam apenas por meio de entrevistas formais.

Essa perspectiva aproxima-se da abordagem interpretativa proposta por Clifford Geertz (1989), para quem a etnografia consiste em uma "descrição densa" das práticas sociais, buscando compreender os significados que os próprios sujeitos atribuem às suas ações e experiências. Nessa perspectiva, a inserção no cotidiano dos interlocutores possibilitou captar não apenas as experiências migratórias dos surdos venezuelanos, mas também os sentidos construídos em torno de suas trajetórias, práticas comunicativas e processos de adaptação sociocultural vivenciados em Manaus.

As entrevistas foram compreendidas não apenas como instrumentos de coleta de informações, mas também como espaços de produção compartilhada de narrativas. Conforme Ricoeur (1994), narrar constitui uma forma de organizar e atribuir sentido às experiências vividas. Desse modo, as histórias relatadas pelos participantes revelaram não somente acontecimentos objetivos, mas também interpretações acerca de suas trajetórias, expectativas e dificuldades no processo migratório.

Considerando a centralidade das línguas de sinais nas interações observadas, dedicou-se atenção especial aos elementos visuais e corporais presentes na comunicação em Libras e LSV. Expressões faciais, intensidade dos movimentos, pausas, direção do olhar e uso do espaço de sinalização foram compreendidos como partes constitutivas das narrativas, e não apenas como recursos complementares da comunicação. Conforme Quadros e Karnopp (2004), os marcadores não manuais desempenham funções gramaticais, discursivas e afetivas fundamentais nas línguas de sinais.

Após cada encontro em campo, foram elaboradas notas etnográficas contendo descrições das situações observadas, diálogos, impressões do pesquisador e aspectos contextuais relevantes para a compreensão do ambiente social investigado. Para Mariza Peirano (2014), a etnografia não constitui apenas uma técnica de pesquisa, mas uma forma de produção de conhecimento baseada na experiência do pesquisador em campo e na interpretação das relações sociais observadas.

As notas de campo possibilitaram registrar elementos que ultrapassavam o conteúdo das entrevistas, favorecendo a compreensão da convivência cotidiana, das redes de apoio e das formas de sociabilidade construídas pelos migrantes surdos em Manaus. Em diferentes situações observadas, percebeu-se que os espaços de convivência funcionavam também como ambientes de acolhimento e reconstrução de vínculos sociais, nos quais circulavam informações sobre trabalho, moradia, documentação e estratégias de adaptação à cidade.

A interpretação dos dados ocorreu de maneira contínua ao longo do trabalho de campo, articulando observação participante, narrativas e registros etnográficos. Dessa forma, buscou-

se compreender como fatores econômicos, linguísticos, culturais e afetivos atravessam as trajetórias migratórias dos participantes. Tal perspectiva aproxima-se da compreensão de Howard Becker (1997), para quem a pesquisa qualitativa deve priorizar as experiências sociais em seus contextos concretos, valorizando os significados construídos pelos sujeitos em seu cotidiano.

2 ANÁLISE DOS DADOS: NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS ETNOGRÁFICAS

Com o objetivo de preservar a identidade dos participantes e, ao mesmo tempo, evidenciar a singularidade de suas trajetórias, optou-se pela utilização de pseudônimos. A apresentação das trajetórias dos interlocutores busca humanizar os sujeitos da pesquisa, demonstrando que, embora compartilhem a condição de migrantes surdos venezuelanos residentes em Manaus, cada um vivenciou o processo migratório de maneira particular, construindo diferentes estratégias de adaptação, pertencimento e inserção social.

Cabe destacar, entretanto, que algumas informações de caráter pessoal, como idade, profissão exercida na Venezuela, tempo exato de residência em Manaus, composição familiar detalhada e outros aspectos da vida privada, não constam nesta dissertação. Essa ausência decorre de dois fatores metodológicos.

O primeiro refere-se ao respeito à autonomia dos participantes. Durante a realização das entrevistas, alguns interlocutores manifestaram o desejo de não fornecer determinadas informações consideradas de natureza estritamente pessoal, demonstrando preocupação com sua privacidade e com a exposição de aspectos de suas vidas. Em conformidade com os princípios éticos que orientam pesquisas com seres humanos, especialmente no que se refere à confidencialidade, ao anonimato e ao respeito às decisões dos participantes, essas informações não foram registradas nem exploradas pelo pesquisador.

O segundo fator relaciona-se à própria delimitação da pesquisa. O roteiro de entrevista foi elaborado a partir dos objetivos específicos da dissertação, concentrando-se nas experiências migratórias, nos processos de adaptação sociocultural, nas barreiras linguísticas entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Língua de Sinais Venezuelana (LSV), nas estratégias de inserção social e laboral e nas redes de apoio construídas pelos migrantes. Assim, questões que não dialogavam diretamente com esses objetivos não foram aprofundadas durante as entrevistas, preservando o foco analítico do estudo.

Embora, durante as entrevistas, tenham emergido narrativas relacionadas a outros aspectos da vida dos participantes, optou-se por não aprofundá-las quando extrapolam o escopo

da investigação. Essa decisão metodológica não representa uma desconsideração da relevância desses temas, mas uma estratégia necessária para preservar a coerência interna da pesquisa, evitar a dispersão analítica e assegurar que a interpretação dos dados permaneça alinhada ao problema de pesquisa e aos objetivos estabelecidos. Assim, a delimitação do roteiro de entrevistas contribuiu para a produção de um conjunto de dados consistente, permitindo uma análise aprofundada dos fenômenos investigados e fortalecendo o rigor científico do estudo.

Dessa forma, as biografias apresentadas a seguir não têm a pretensão de reconstruir integralmente a história de vida dos participantes, mas de situá-los no contexto da pesquisa, evidenciando elementos relevantes para a compreensão de suas experiências migratórias e de seus processos de inserção na sociedade brasileira. O propósito não é revelar aspectos íntimos de suas vidas, mas compreender como esses sujeitos constroem significados, estabelecem relações sociais e enfrentam os desafios decorrentes da migração, da surdez e da inserção no mundo do trabalho.

A opção metodológica adotada reafirma o compromisso desta pesquisa com a ética, o respeito à vontade dos participantes e a valorização de suas narrativas, reconhecendo que a produção do conhecimento antropológico deve ocorrer em diálogo com os interlocutores e dentro dos limites por eles estabelecidos quanto à divulgação de suas experiências pessoais. Diferentemente de uma análise centrada apenas em categorias e codificações, buscou-se compreender como os participantes atribuem sentidos às suas trajetórias migratórias, às relações sociais estabelecidas em Manaus e às experiências de adaptação vivenciadas no cotidiano.

Desse modo, a análise procurou evidenciar como os participantes negociam diferenças culturais, constroem redes de solidariedade e elaboram novos sentidos de pertencimento no contexto amazônico. Em atenção aos princípios éticos da pesquisa, optou-se pela utilização de pseudônimos para preservar a identidade dos interlocutores. Assim, os participantes anteriormente identificados como Ent. 1, Ent. 2, Ent. 3 e Ent. 4 passam a ser denominados, respectivamente, Carmen, Miguel, José e Luis, nomes fictícios adotados exclusivamente para conferir maior fluidez à narrativa e humanizar a apresentação das experiências vividas durante o trabalho de campo.

Ressalta-se que algumas informações de caráter pessoal, como idade, profissão exercida anteriormente na Venezuela, tempo exato de residência em Manaus e outros aspectos da vida privada, não foram apresentadas nesta pesquisa. Essa ausência decorre do fato de que alguns participantes manifestaram o desejo de não compartilhar determinadas informações pessoais durante as entrevistas. Além disso, o roteiro de entrevista foi construído a partir dos

objetivos específicos desta dissertação, privilegiando questões relacionadas às experiências migratórias, às barreiras linguísticas, às estratégias de adaptação, às relações de trabalho e às redes de apoio, sem aprofundar aspectos biográficos que extrapolassem o escopo da investigação. Dessa forma, foram respeitados tanto os princípios éticos da pesquisa quanto a autonomia dos participantes em decidir quais informações desejavam compartilhar.

A seguir, apresenta-se um trecho da entrevista realizada com Carmen, preservando inicialmente sua sinalização original e, posteriormente, sua organização temática em língua portuguesa.

Tema: Migração venezuelana, identidade, relações culturais e diferenças percebidas em Manaus.

Carmen: "Sentir produção explicar aspectos coisas produtor histórico subjetiva da língua LIBRAS normal Venezuelana mudar imigração resolver Brasil caminho fronteira entre estado Roraima capital Boa Vista, junto surdos mãe, 2 filhos também ajudar 2 ouvintes vida fila pessoas não fácil acompanhar ficar ordem, primeiro exercício chefe médico pedir passaportes Venezuela, ele pegar pesquisar sistema entrevista pesquisar muito explicar pronto outros lugar só identidade (RG) depois caminho segundo lugar assistência social falar quer escolher estados diferença mãe e 2 filhos escolher quer estado Amazonas municipal Manaus perfeito".

Organização do relato conforme os temas da entrevista transcritos para a língua portuguesa

1. Processo migratório e saída da Venezuela

Carmen relatou que decidiu migrar da Venezuela em razão da grave crise econômica vivenciada no país. Segundo sua narrativa, o salário mínimo era insuficiente para garantir a alimentação da família, dificultando o acesso a itens básicos de sobrevivência. Informou que saiu da Venezuela acompanhada da mãe, de seus dois filhos surdos e de dois familiares ouvintes, realizando o trajeto pela fronteira entre a Venezuela e o estado de Roraima, chegando inicialmente à cidade de Boa Vista.

2. Experiência na fronteira e acolhimento institucional

Durante o processo migratório, Carmen descreveu dificuldades relacionadas às filas, à organização do atendimento e aos procedimentos documentais realizados pelos órgãos responsáveis pelo acolhimento. Relatou que passou por entrevistas, verificação de documentos e análise de passaporte pelas equipes responsáveis pela recepção dos migrantes. Posteriormente,

foi encaminhada aos serviços de assistência social, onde recebeu informações sobre a possibilidade de escolha do estado brasileiro para reassentamento. Optou por estabelecer residência em Manaus, por considerar a cidade um local adequado para viver com seus filhos.

3. Inserção social e acesso às políticas públicas

Após a chegada a Manaus, Carmen relatou a necessidade de regularizar documentos e acessar serviços públicos, mencionando órgãos como o CRAS, a emissão do CPF e a solicitação do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Segundo seu relato, esse benefício tornou-se fundamental para garantir o pagamento do aluguel, da alimentação e das demais despesas familiares.

4. Moradia e redes de apoio

A narrativa evidencia a importância das redes de apoio entre migrantes surdos. Carmen informou que dividia a residência com outros migrantes venezuelanos, organizando coletivamente o pagamento do aluguel. Cada morador era responsável pelas próprias despesas com alimentação e necessidades pessoais, revelando estratégias coletivas de sobrevivência e adaptação ao novo contexto social.

5. Condições de vida na Venezuela

Ao comparar a Venezuela com Manaus, Carmen destacou as dificuldades enfrentadas em seu país de origem, especialmente relacionadas à alimentação e ao custo de vida. Segundo seu relato, o salário recebido era insuficiente para comprar alimentos básicos, como arroz e feijão, obrigando a família a reduzir a quantidade de alimentos consumidos diariamente.

6. Condições de vida em Manaus

Em relação à vida em Manaus, Carmen demonstrou sentimentos positivos associados à melhoria das condições de vida. Destacou o acesso facilitado a mercados, farmácias, postos de saúde, bancos e demais serviços públicos, além de relatar maior sensação de tranquilidade e estabilidade em comparação à realidade vivenciada anteriormente na Venezuela.

7. Trabalho e dificuldades de inserção laboral

Carmen afirmou possuir interesse em trabalhar na indústria, porém destacou que os cuidados com os filhos ainda dificultavam sua inserção no mercado de trabalho, evidenciando a relação entre maternidade, vulnerabilidade social e limitações no acesso ao emprego formal.

8. Diferenças culturais e processos de adaptação

Ao abordar as diferenças culturais, Carmen destacou aspectos relacionados ao uso de tecnologias, à mobilidade urbana e aos hábitos alimentares em Manaus. Relatou considerar positivos recursos como aplicativos de transporte e consulta de horários de ônibus, além de mencionar alimentos típicos amazônicos, como tambaqui, baião e farinha. Também comparou

Manaus à cidade venezuelana de Santa Elena de Uairén, ressaltando diferenças na infraestrutura urbana, no transporte e no acesso às tecnologias.

Na sequência, apresentam-se outros trechos das entrevistas realizadas com os participantes da pesquisa.

Durante as entrevistas e os momentos de convivência, Carmen relacionou sua decisão de migrar às dificuldades econômicas enfrentadas na Venezuela, afirmando que "na Venezuela salário muito pouco, só arroz e feijão". Miguel, por sua vez, destacou que "não tinha trabalho, muito difícil comprar comida". Ao narrarem essas experiências, ambos diminuía o ritmo da sinalização, contraíam as sobrancelhas e realizavam pausas prolongadas, revelando que as lembranças da crise econômica permaneciam associadas a sentimentos de sofrimento, insegurança e perda.

Em uma das interações observadas em campo, Miguel relatou que "na Venezuela vida muito difícil, sem dinheiro, sem comida". Enquanto sinalizava, mantinha expressão facial de preocupação, movimentos corporais mais contidos e longas pausas, evidenciando não apenas a precariedade econômica, mas também as marcas emocionais deixadas pelo processo migratório. Conforme argumenta Bronislaw Malinowski (1978), compreender o cotidiano dos sujeitos implica interpretar os significados que eles atribuem às próprias experiências sociais.

Ao descreverem a chegada a Manaus, José afirmou que "vim para Manaus procurar trabalho", enquanto Carmen destacou que "em Manaus trabalhar fábrica salário melhor". As informações sobre vagas em fábricas, documentação e oportunidades de emprego circulavam constantemente nos espaços comunitários frequentados pelos participantes, demonstrando que as redes de apoio constituíam importantes mecanismos de sobrevivência e inserção social.

As dificuldades enfrentadas pelos surdos venezuelanos não se limitavam à dimensão econômica. As diferenças entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a Língua de Sinais Venezuelana (LSV) e a língua portuguesa escrita apareciam de forma recorrente nas narrativas e nas situações observadas em campo. Luis relatou que "diferença entre Libras e língua de sinais venezuelana difícil", enquanto outro participante explicou que "às vezes brasileiro não entende meu sinal". Em diversos encontros, os participantes interrompiam a sinalização para reformular gestos, utilizar apontamentos ou recorrer à mediação de outros surdos bilíngues, evidenciando o esforço cotidiano de negociação linguística e adaptação cultural.

Durante uma reunião comunitária, José tentou explicar uma experiência de trabalho utilizando sinais da LSV que não foram compreendidos imediatamente pelos interlocutores brasileiros. Após alguns instantes de hesitação, passou a utilizar gestos improvisados, expressões faciais intensificadas e movimentos corporais mais amplos para complementar a

comunicação. Em seguida, sinalizou: "precisa aprender Libras para trabalhar melhor". Essa situação demonstrava que a experiência migratória envolve também processos contínuos de reconstrução linguística e criação de estratégias comunicacionais.

Essas experiências dialogam com Roberto Cardoso de Oliveira (2000), para quem o trabalho etnográfico exige atenção às formas pelas quais os sujeitos constroem sentidos em suas práticas sociais. Nesse contexto, a comunicação não aparecia apenas como transmissão de informações, mas como espaço de negociação cultural, pertencimento e reconhecimento social.

As narrativas relacionadas ao trabalho também revelaram situações de vulnerabilidade. Miguel afirmou que "agora esperar BPC porque doente e sem trabalho", enquanto Luis relatou que "precisa pedir cesta alimentação". Em muitos relatos observou-se diminuição da intensidade da sinalização, inclinação da cabeça e pausas prolongadas, elementos que contribuíram para compreender as dimensões emocionais presentes nas experiências narradas.

Ao mesmo tempo, os espaços de convivência revelaram práticas de solidariedade e apoio coletivo. Igrejas, residências compartilhadas e encontros da comunidade surda funcionavam como ambientes de acolhimento, nos quais circulavam informações sobre trabalho, moradia, alimentação e documentação. Em uma dessas situações, Carmen afirmou que "comunidade surda ajuda muito aqui em Manaus", enquanto José destacou que "igreja ajuda comida e informação trabalho". Essas práticas demonstravam que as redes de apoio constituíam elementos centrais na experiência migratória dos interlocutores.

Conforme destaca Mariza Peirano (2014), a etnografia permite compreender como os sujeitos organizam suas relações sociais e produzem sentidos coletivos no interior das experiências cotidianas. A análise das narrativas e das situações observadas evidenciou que a experiência migratória dos surdos venezuelanos residentes em Manaus é marcada por dificuldades econômicas, barreiras linguísticas, estratégias de adaptação, vulnerabilidade social e construção de redes de apoio. Entretanto, essas experiências não podem ser compreendidas apenas como categorias abstratas, pois se manifestam concretamente nas formas de comunicação, nos gestos, nos silêncios e nas relações sociais construídas no cotidiano.

Nesse sentido, a pesquisa buscou construir uma interpretação etnográfica das experiências vividas por Carmen, Miguel, José e Luis, compreendendo que as narrativas produzidas durante o trabalho de campo não apenas descrevem acontecimentos, mas constituem formas de elaboração simbólica das trajetórias migratórias. Conforme argumenta Howard Becker (1997), compreender a vida social implica interpretar as experiências concretas dos sujeitos em seus contextos cotidianos.

Assim, a análise evidenciou que a migração, para Carmen, Miguel, José e Luis, configura-se como um processo contínuo de negociação cultural, reconstrução identitária e produção de novos sentidos de pertencimento social.

As notas de campo: observações e experiências etnográficas

As notas de campo constituíram um importante instrumento para a construção desta pesquisa, permitindo registrar aspectos que extrapolam o conteúdo das entrevistas semiestruturadas. Além das narrativas produzidas pelos participantes, foram registrados comportamentos, expressões faciais, pausas, gestos, formas de interação, estratégias comunicacionais e impressões construídas ao longo da convivência nos diferentes espaços de pesquisa. Esses registros possibilitaram compreender dimensões da experiência migratória que dificilmente seriam captadas apenas pela transcrição.

A seguir, apresentam-se alguns trechos representativos das notas de campo elaboradas durante o trabalho etnográfico.

1 – Encontro na igreja

Cheguei à igreja por volta das 14 horas. Alguns migrantes surdos já conversavam entre si utilizando predominantemente a Língua de Sinais Venezuelana (LSV). Carmen percebeu minha chegada, sorriu, aproximou-se e sinalizou "Brasil bom". Retribuí o cumprimento utilizando Libras. Nos primeiros minutos da conversa, percebemos que muitas palavras possuíam sinais diferentes em nossas línguas. Em diversos momentos interrompíamos a comunicação para repetir os sinais, apontar objetos próximos e utilizar expressões faciais mais intensas. Apesar das diferenças linguísticas, a comunicação acontecia de forma colaborativa. Os participantes demonstravam paciência e interesse em compreender e também em ensinar sinais utilizados na Venezuela.

2 – Residência compartilhada

Durante a visita à residência onde Carmen morava com outros migrantes surdos venezuelanos, observei um ambiente simples, porém organizado. Enquanto conversávamos, cada morador realizava alguma atividade doméstica. Um preparava o almoço, outro organizava documentos e outro utilizava o celular para procurar informações sobre oportunidades de trabalho. Em determinado momento, José chegou trazendo informações sobre uma vaga em uma fábrica. Imediatamente todos interromperam suas atividades para acompanhar a conversa. A troca de informações ocorria rapidamente em língua de sinais, demonstrando que a residência funcionava como uma importante rede de apoio, onde

circulavam notícias sobre emprego, documentação e serviços públicos.

3 – Conversa sobre a Venezuela

Enquanto Miguel narrava sua experiência na Venezuela, sua expressão facial modificou-se visivelmente. A velocidade da sinalização diminuiu, os movimentos tornaram-se mais curtos e ocorreram longas pausas durante o relato. Ao sinalizar "sem dinheiro", "sem comida" e "família difícil", abaixou a cabeça por alguns segundos antes de continuar a narrativa. Naquele momento compreendi que os silêncios também comunicavam experiências marcadas pelo sofrimento e pela insegurança. As emoções manifestadas corporalmente ampliavam o significado das palavras sinalizadas.

4 – Desafios da comunicação

Durante uma conversa entre José e membros da comunidade surda brasileira, observei um episódio que evidenciou as diferenças entre a Libras e a Língua de Sinais Venezuelana. José utilizou um sinal da LSV para explicar uma experiência de trabalho, mas ninguém compreendeu imediatamente o significado. Após alguns instantes de hesitação, passou a utilizar gestos, apontamentos e desenhos feitos em uma folha de papel. Em seguida, outro surdo bilíngue aproximou-se espontaneamente e auxiliou na tradução da informação para Libras. A situação demonstrou que a comunicação entre diferentes comunidades surdas é construída por meio de negociações constantes e da cooperação entre os interlocutores.

5 – Observação durante encontro comunitário

Ao final de uma reunião promovida pela comunidade surda, permaneci observando as interações informais entre os participantes. As conversas aconteciam em pequenos grupos, alternando sinais da LSV e da Libras. Em determinado momento, Luis aproximou-se de um jovem brasileiro para perguntar sobre vagas de emprego. Embora ambos utilizassem línguas de sinais diferentes, conseguiram estabelecer comunicação utilizando gestos, expressões faciais, datilologia e sinais já compartilhados entre as duas comunidades. Ao despedirem-se, trocaram contatos telefônicos para futuras oportunidades de trabalho. Essa interação evidenciou que a construção de redes de solidariedade ultrapassa as diferenças linguísticas e fortalece o sentimento de pertencimento entre os migrantes.

6 – Reflexão do pesquisador

Ao finalizar uma das visitas de campo, permaneci refletindo sobre as dificuldades inicialmente encontradas para compreender a Língua de Sinais Venezuelana. Antes da pesquisa, imaginava que compartilhar a condição de pessoa surda facilitaria automaticamente a comunicação. Entretanto, a convivência cotidiana revelou que a diversidade linguística também está presente entre as comunidades surdas. Percebi que fazer etnografia significava

muito mais do que registrar entrevistas; significava aprender continuamente com os participantes, interpretar gestos, observar silêncios, respeitar tempos de comunicação e compreender que cada encontro produzia novos aprendizados tanto para os interlocutores quanto para mim como pesquisador.

Essas notas de diferentes episódios e encontros com os interlocutores demonstram que a observação participante foi fundamental para compreender aspectos que não emergiram apenas nas entrevistas formais. Os registros permitiram identificar formas de sociabilidade, estratégias de adaptação, negociações linguísticas, manifestações emocionais e redes de solidariedade construídas entre os migrantes surdos venezuelanos residentes em Manaus. Nessa perspectiva, o diário de campo tornou-se um instrumento indispensável para a construção da descrição densa proposta por Geertz (1989), contribuindo para interpretar não apenas o que os participantes narravam, mas também a maneira como vivenciavam, expressavam e significavam suas experiências no contexto migratório.

3. IDENTIDADE CULTURAL E RELAÇÕES DE TRABALHO DOS SURDOS VENEZUELANOS

A deficiência auditiva, ou surdez, caracteriza-se pela perda parcial ou total da capacidade de ouvir, podendo afetar um ou ambos os ouvidos. Essa condição interfere diretamente na percepção sonora do indivíduo, impactando a aquisição da linguagem oral, a comunicação e as interações sociais. No entanto, a surdez não deve ser compreendida apenas como uma limitação biológica; ela envolve também aspectos culturais, sociais e linguísticos, especialmente quando consideramos a existência de comunidades surdas que utilizam a língua de sinais como meio de comunicação principal. Santos (2011) destaca que a Libras é essencial para a construção da identidade cultural e social dos surdos, ressaltando que a surdez deve ser entendida como uma diferença linguística e cultural legítima, e não apenas como uma limitação.

A deficiência auditiva pode ser congênita, quando presente desde o nascimento, ou adquirida ao longo da vida, devido a fatores como doenças, traumas ou envelhecimento. Em qualquer uma de suas formas, a surdez exige a adaptação de estratégias comunicativas e educacionais para garantir o acesso à informação, à educação e à inclusão social. A valorização da língua de sinais e a promoção de ambientes acessíveis são fundamentais para que indivíduos surdos possam exercer plenamente seus direitos, afirmar sua identidade cultural e participar ativamente da sociedade. Alves (2022) ressalta que conhecer as diferentes tipologias da deficiência auditiva é fundamental para garantir acesso à informação e desenvolver estratégias

comunicativas adequadas às necessidades dos alunos surdos no ambiente educacional.

Percebe-se que os surdos são pessoas que apresentam perda total ou parcial da audição, o que influencia diretamente a maneira como percebem o mundo, interagem socialmente e constroem seus modos de comunicação. No entanto, ser surdo vai muito além de uma condição médica ou biológica: envolve dimensões culturais, sociais e linguísticas que constituem uma identidade própria.

A surdez transcende a mera condição médica ou biológica, abrangendo aspectos culturais, sociais e linguísticos que configuram uma identidade singular. A identidade surda se forma por meio da experiência coletiva de ser surdo, do uso da língua de sinais como principal instrumento de comunicação e da participação em uma comunidade que reconhece e valoriza essa condição como uma maneira legítima de existir e interagir no mundo (Santana, 2005).

A formação da identidade surda está profundamente vinculada às experiências compartilhadas dentro da comunidade surda, onde a língua de sinais desempenha não apenas o papel de comunicação, mas também de elemento central para o pertencimento cultural e social. "A língua de sinais é mais do que um meio de comunicação; ela constitui um elemento fundamental na construção da identidade cultural e social da comunidade surda" (Santos, 2011). Neste sentido, essa interação coletiva possibilita que os indivíduos reconheçam e afirmem suas diferenças de maneira positiva, fortalecendo laços comunitários e promovendo autonomia e autoestima. Ademais, a valorização da língua de sinais e das práticas culturais surdas auxilia na preservação e transmissão de conhecimentos específicos, reafirmando a identidade surda como uma dimensão legítima e reconhecida da diversidade humana.

Nesse contexto, a convivência com outros sujeitos surdos, bem como a participação em espaços culturais, educacionais e associativos da comunidade, favorece a construção de referências positivas de pertencimento. Logo, tais vivências contribuem para que a pessoa surda desenvolva uma percepção de si não pautada pela deficiência, mas pela diferença linguística e cultural, deslocando o foco de uma visão medicalizante para uma perspectiva sociocultural. Assim, a identidade surda se consolida por meio de processos de interação, reconhecimento mútuo e compartilhamento de valores, práticas e experiências visuais.

A cultura surda pode ser compreendida a partir de três dimensões principais: envolve pessoas surdas que percebem e interpretam o mundo por meio de uma experiência predominantemente visual;

constitui-se nas vivências compartilhadas entre sujeitos surdos, o que favorece o reconhecimento e a identificação como integrantes de um grupo social distinto e minoritário; e caracteriza-se por grupos que compartilham uma língua própria, valores culturais específicos, hábitos e formas particulares de socialização (Strobel, 2016).

Além disso, o reconhecimento social e institucional da língua de sinais exerce papel decisivo nesse processo identitário. Políticas públicas inclusivas, educação bilíngue e a presença de profissionais qualificados em Libras ampliam as possibilidades de participação plena das pessoas surdas na sociedade. Como destaca Quadros; Karnopp (2004), “o reconhecimento da língua de sinais e a implementação de uma educação bilíngue são fundamentais para o desenvolvimento linguístico, cognitivo e social da pessoa surda”. Dessa forma, ao serem asseguradas condições de acesso linguístico e cultural, fortalece-se não apenas a identidade individual, mas também a visibilidade e a legitimidade da comunidade surda no conjunto da diversidade social.

Em síntese, a construção da identidade surda evidencia que a surdez deve ser compreendida não apenas como uma condição sensorial, mas como uma experiência cultural e social plena, na qual a língua de sinais e a vivência comunitária desempenham papéis essenciais para a afirmação da identidade, a inclusão social e a valorização da diversidade.

Quem são os surdos venezuelanos?

Os surdos venezuelanos são indivíduos que apresentam perda total ou parcial da audição e que vivem inseridos em um contexto social e cultural específico da Venezuela. Eles compartilham experiências, valores e práticas próprias da comunidade surda, construindo formas coletivas de interação e fortalecimento identitário. A Língua de Sinais Venezuelana (LSV) é o principal instrumento de comunicação desses sujeitos, possibilitando não apenas a troca de informações, mas também a transmissão de saberes, tradições e conhecimentos que refletem sua cultura e história.

Mais do que uma forma de comunicação, a LSV funciona como um elemento central na afirmação da identidade cultural desses surdos, permitindo-lhes expressar sentimentos, ideias e perspectivas próprias. “A Língua de Sinais Venezuelana (LSV) constitui o principal meio de comunicação da comunidade surda na Venezuela, desempenhando papel central na construção de identidades, na transmissão de saberes e na preservação das tradições culturais desse grupo” (DBS, 2025). Essa língua e os vínculos comunitários oferecem um espaço de

pertencimento e reconhecimento, especialmente em contextos em que barreiras sociais e educacionais podem dificultar sua inclusão plena. Dessa forma, os surdos venezuelanos representam um grupo cuja experiência linguística e cultural é inseparável de sua condição de sujeitos ativos, criativos e portadores de uma rica herança comunitária.

Nesse cenário, a LSV também desempenha função fundamental nos processos educacionais, sobretudo quando adotada como língua de instrução em propostas bilíngues. O acesso precoce à língua de sinais favorece o desenvolvimento cognitivo, linguístico e social das crianças surdas, possibilitando que elas construam conhecimentos de forma mais significativa e participem ativamente do ambiente escolar. Como afirma Skliar (1998), “a educação bilíngue para surdos pressupõe o reconhecimento da língua de sinais como primeira língua e condição fundamental para o desenvolvimento pleno do sujeito surdo”. Assim, a valorização da LSV no espaço educacional contribui para a redução de desigualdades e para a ampliação das oportunidades de aprendizagem.

Além disso, a presença de redes associativas, movimentos surdos e espaços culturais próprios fortalece a circulação da LSV e a consolidação de identidades coletivas. Esses ambientes funcionam como locais de socialização linguística e de produção cultural, nos quais a comunidade surda venezuelana reafirma suas práticas, narrativas e formas de expressão visual. Tal dinâmica evidencia que a língua de sinais não se limita ao âmbito comunicativo, mas constitui um patrimônio cultural vivo.

E ainda, o reconhecimento social e institucional da LSV mostra-se essencial para garantir a plena participação das pessoas surdas na sociedade venezuelana. Políticas públicas de acessibilidade, formação de intérpretes e difusão da língua de sinais são medidas que contribuem para a diminuição de barreiras comunicacionais e para o fortalecimento da cidadania surda. Recorrendo a Skliar (1998), novamente, “o reconhecimento da língua de sinais implica o reconhecimento político e cultural da comunidade surda”. Desse modo, promover a LSV significa também promover direitos linguísticos, equidade social e respeito à diversidade cultural.

Desse modo, compreender a realidade dos surdos venezuelanos é reconhecer a profundidade de suas expressões culturais e o valor de sua língua como símbolo de resistência e identidade. Logo, sua trajetória revela que a inclusão verdadeira não se limita ao acesso, mas passa pelo respeito às diferenças linguísticas e pela valorização das formas singulares de produzir e compartilhar conhecimento dentro da comunidade surda.

Identidade e trabalho dos surdos venezuelanos

As singularidades sociais e culturais dos surdos venezuelanos em contexto migratório é marcada pela intersecção entre múltiplas dimensões: a condição de surdez, a experiência de deslocamento e o enfrentamento de barreiras linguísticas e sociais nos países de acolhimento. Esses indivíduos não apenas vivenciam as dificuldades comuns a todo processo migratório — como a adaptação cultural, o reconhecimento profissional e a inserção social —, mas também lidam com desafios específicos relacionados à comunicação e à afirmação de sua identidade surda. Para Derrida (2001), a hospitalidade é um gesto ético que consiste em acolher o outro em sua diferença, sem impor condições. Nessa perspectiva, a migração é vista não apenas como deslocamento geográfico, mas como um encontro com a alteridade é um processo contínuo de construção de sentidos.

Para muitos surdos venezuelanos, a migração implica um rompimento com suas redes de apoio e com a comunidade surda de origem, exigindo a construção de novos vínculos em um ambiente onde a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é diferente da Língua de Sinais Venezuelana (LSV). Nesse processo, além das dificuldades linguísticas e culturais, emergem situações de vulnerabilidade social que podem intensificar experiências de exclusão. Como apontam o Banco Mundial e o ACNUR (2021), o processo migratório dos venezuelanos para o Brasil envolve desafios que vão além da adaptação territorial, incluindo barreiras linguísticas e dificuldades de inserção no mercado de trabalho, especialmente entre grupos vulneráveis, como pessoas com deficiência.

À luz da teoria do estigma de Erving Goffman (1988), compreende-se que a condição de ser simultaneamente migrante, surdo e não usuário da língua de sinais local pode produzir marcas sociais que dificultam o reconhecimento pleno desses sujeitos nos espaços institucionais e laborais. Para Goffman (1988), o estigma emerge quando determinados atributos são socialmente desvalorizados, resultando em processos de rotulação e marginalização. No caso dos surdos venezuelanos, a combinação entre diferença linguística e condição migratória pode reforçar percepções de inadequação, afetando oportunidades de participação e pertencimento.

Assim, a transição linguística impacta diretamente suas relações de trabalho, uma vez que o domínio da língua local e o acesso a meios de comunicação acessíveis constituem condições essenciais para a integração profissional. Quando tais condições não são garantidas, ampliam-se as barreiras de acesso ao emprego formal e à permanência no trabalho, o que pode aprofundar processos de invisibilização social. Nessa perspectiva, Skliar (1998) enfatiza que o

reconhecimento das línguas de sinais e das diferenças linguísticas dos sujeitos surdos é condição fundamental para sua participação efetiva nos diversos espaços sociais.

Nesse contexto, a implementação de políticas voltadas à acessibilidade linguística, à mediação intercultural e ao reconhecimento das línguas de sinais torna-se essencial para reduzir processos de estigmatização e favorecer condições mais igualitárias de inserção laboral para surdos migrantes. Tal perspectiva fundamenta-se na compreensão de que a inclusão social depende da superação de barreiras comunicacionais, culturais e institucionais que restringem a participação efetiva dos sujeitos nos diferentes espaços da sociedade (Sassaki, 1997).

Nas relações de trabalho, esses sujeitos enfrentam a dupla exclusão: por serem migrantes e por serem surdos. Muitas vezes, encontram dificuldades no reconhecimento de seus diplomas e habilidades, além da escassez de intérpretes e da falta de políticas inclusivas nos ambientes laborais. Ainda assim, observa-se que a força de suas identidades culturais e o sentimento de pertencimento à comunidade surda mundial funcionam como estratégias de resistência e afirmação. As barreiras linguísticas vivenciadas pelas pessoas surdas interferem diretamente no desenvolvimento de suas trajetórias profissionais, evidenciando limitações no reconhecimento de suas competências e a carência de políticas inclusivas adequadas, o que acaba dificultando sua inserção no mercado de trabalho (Stemela-Zali; Kathard; Sefotho, 2022).

A identidade surda, entendida como uma forma de existência visual e coletiva, permite que esses trabalhadores criem redes solidárias, compartilhem saberes e reafirmem o valor da diversidade cultural dentro e fora do espaço de trabalho. Como afirma Strobel (2008), a identidade surda se constrói a partir das experiências visuais compartilhadas e do pertencimento à comunidade surda, fortalecendo vínculos culturais e sociais próprios.

Assim, estudar as identidades culturais e as relações de trabalho dos surdos venezuelanos é também compreender como as práticas sociais, as línguas de sinais e as experiências migratórias se entrelaçam na construção de sujeitos que buscam reconhecimento, inclusão e dignidade em novos contextos sociais e profissionais.

Comunicação, cultura e inclusão: o encontro entre Libras, língua de sinais venezuelana e língua portuguesa

A comunicação constitui um processo fundamental para a organização da vida social, pois possibilita a troca de informações, ideias, sentimentos e significados entre indivíduos e grupos. Por meio dela, constroem-se relações sociais, compartilham-se conhecimentos e estruturam-se práticas coletivas. Nesse sentido, Schramm (1997) define a comunicação como

o intercâmbio de informações, ideias ou sentimentos entre indivíduos por meio de signos ou símbolos compreensíveis, com o objetivo de construir significados e promover interação social.

No contexto da comunidade surda, a comunicação ocorre predominantemente por meio das línguas de sinais, sistemas linguísticos completos que utilizam recursos visuoespaciais para a produção de significados. No Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) constitui o principal meio de comunicação das pessoas surdas, sendo amplamente utilizada em diferentes contextos sociais e institucionais. Conforme destaca Quadros (2006), a Libras apresenta estrutura linguística própria e desempenha papel central na constituição da identidade e na organização cultural da comunidade surda brasileira.

O reconhecimento jurídico da Libras ocorreu com a promulgação da Lei nº 10.436/2002, que a estabeleceu como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas no Brasil. Posteriormente, o Decreto nº 5.626/2005 regulamentou essa legislação e estabeleceu diretrizes para a formação de profissionais e para a ampliação da acessibilidade linguística nos espaços educacionais e institucionais. Essas medidas contribuíram para fortalecer a presença da Libras em diferentes setores da sociedade, ampliando as possibilidades de participação social das pessoas surdas.

De forma semelhante, na Venezuela a Língua de Sinais Venezuelana (LSV) constitui o principal meio de comunicação da comunidade surda local. Assim como ocorre com a Libras, a LSV apresenta estrutura linguística própria e independente da língua oral majoritária, o espanhol. Seu reconhecimento encontra respaldo na Constitución de la República Bolivariana de Venezuela (1999), que assegura às pessoas surdas o direito ao uso de sua língua natural como meio legítimo de comunicação e expressão.

Nesse sentido, tanto a Libras quanto a LSV desempenham papel fundamental na construção das identidades culturais e linguísticas das comunidades surdas em seus respectivos países. Como afirma Skliar (1998), a língua de sinais constitui elemento central na organização social e cultural das comunidades surdas, pois é por meio dela que se constroem vínculos sociais, práticas culturais e formas de pertencimento coletivo.

Apesar dessas aproximações, as duas línguas apresentam diferenças importantes. Libras e LSV desenvolveram-se em contextos históricos e socioculturais distintos, o que resultou em variações lexicais, fonológicas e sintáticas próprias. Conforme destaca Quadros (2006), as línguas de sinais possuem sistemas linguísticos autônomos, organizados por parâmetros como configuração de mão, movimento, localização e expressões não manuais.

Essas diferenças tornam as duas línguas não mutuamente inteligíveis, o que pode gerar dificuldades comunicacionais em contextos migratórios. No caso dos surdos venezuelanos

residentes em Manaus, por exemplo, observa-se a necessidade de adaptação linguística à Libras para que possam estabelecer interações mais amplas com a comunidade surda brasileira e com as instituições locais.

Outro aspecto relevante refere-se às políticas linguísticas relacionadas às línguas de sinais. No Brasil, observa-se um processo mais consolidado de institucionalização da Libras, com a criação de cursos de formação de professores e intérpretes, bem como o desenvolvimento de políticas educacionais bilíngues voltadas à comunidade surda (Albres, 2019). Já no contexto venezuelano, embora exista reconhecimento constitucional da LSV, a implementação de políticas públicas voltadas à promoção e difusão da língua de sinais ocorre de forma mais limitada e fragmentada (Oviedo, 2007).

Essas diferenças institucionais influenciam diretamente as experiências dos surdos migrantes, pois a adaptação ao contexto brasileiro envolve não apenas a aprendizagem de uma nova língua de sinais, mas também a inserção em um sistema de políticas linguísticas e educacionais distinto daquele existente em seu país de origem.

Barreiras comunicacionais e exclusão social

As diferenças entre Libras e LSV não se restringem ao campo linguístico, mas podem impactar diretamente a participação social dos surdos migrantes. Em contextos institucionais, a ausência de compreensão mútua entre essas línguas pode gerar dificuldades de comunicação que afetam o acesso a serviços públicos, oportunidades de trabalho e processos educacionais. Conforme observa Quadros (2006), embora as línguas de sinais compartilhem características estruturais comuns, suas variações lexicais e culturais podem comprometer a comunicação entre usuários de diferentes comunidades linguísticas.

Nesse cenário, a falta de mediações linguísticas adequadas tende a ampliar situações de dependência comunicacional e restringir a autonomia dos sujeitos. A ausência de intérpretes, de profissionais capacitados ou de estratégias institucionais de acessibilidade pode gerar falhas comunicativas que dificultam o exercício pleno da cidadania.

Esse processo pode ser compreendido à luz do conceito de estigma, proposto por Goffman (1988). Para o autor, o estigma corresponde a um atributo socialmente desvalorizado que reduz o indivíduo a uma condição de inferioridade perante determinados padrões sociais. No caso dos surdos migrantes, a combinação entre diferenças linguísticas, preconceitos sociais e barreiras institucionais pode produzir situações de invisibilidade e exclusão.

Além disso, quando as diferenças linguísticas são interpretadas como limitações individuais — e não como expressões legítimas de diversidade cultural — reforçam-se práticas sociais excludentes que restringem o acesso a direitos básicos. Nesse contexto, o surdo migrante passa a vivenciar uma dupla condição de deslocamento: por ser estrangeiro e por pertencer a uma minoria linguística.

Conforme argumenta Sassaki (1997), a exclusão social ocorre quando a sociedade não oferece condições adequadas para que determinados grupos participem plenamente das atividades sociais, econômicas e culturais. Dessa forma, a ausência de acessibilidade comunicacional pode ser compreendida como uma forma de exclusão estrutural que limita a participação das pessoas surdas em diferentes espaços sociais.

As barreiras comunicacionais enfrentadas pelos surdos migrantes podem afetar diferentes dimensões de sua vida cotidiana, incluindo o acesso à saúde, à educação, ao trabalho e aos serviços públicos. Além disso, essas dificuldades podem impactar também as dimensões simbólicas da experiência migratória, gerando sentimentos de isolamento, insegurança e exclusão.

Entre a Libras e a Língua de Sinais Venezuelana: desafios da comunicação

A comunicação constituiu um dos aspectos mais desafiadores durante a realização desta pesquisa. Embora minha condição de pesquisador surdo e usuário da Língua Brasileira de Sinais (Libras) tenha favorecido a aproximação inicial com os participantes, logo nos primeiros encontros tornou-se evidente que compartilhar a experiência da surdez não significava compartilhar a mesma língua. Os migrantes utilizavam predominantemente a Língua de Sinais Venezuelana (LSV), cuja estrutura linguística, vocabulário e expressões culturais diferem significativamente da Libras. Essa constatação transformou cada encontro em um espaço permanente de negociação de sentidos e construção coletiva da comunicação.

Nos primeiros contatos, percebi que muitos sinais utilizados pelos participantes eram completamente desconhecidos para mim. Em diversos momentos, acreditava ter compreendido determinada informação, mas, durante a continuidade da conversa, percebia que o significado atribuído ao sinal era diferente daquele que inicialmente havia interpretado. Nessas situações, era necessário interromper a conversa, solicitar que o participante repetisse o sinal ou buscasse outra forma de expressar a mesma ideia. Essa dinâmica exigiu paciência, respeito e disponibilidade para reconhecer que a compreensão era construída gradualmente, e não de forma imediata.

Em diferentes momentos do trabalho de campo, a comunicação precisou ser improvisada. Quando os sinais da Libras e da LSV não eram suficientes para estabelecer compreensão mútua, recorriamos espontaneamente a gestos, expressões faciais, apontamentos, mímicas e demonstrações corporais. Muitas vezes, os próprios participantes utilizavam objetos presentes no ambiente para exemplificar situações vividas, transformando a interação em uma experiência essencialmente visual. Esses recursos permitiam reconstruir o sentido das narrativas, demonstrando que a comunicação ultrapassa os limites de uma língua específica e se constitui também por meio da observação, da criatividade e da experiência compartilhada.

Houve ocasiões em que a repetição dos sinais tornou-se indispensável. Alguns participantes sinalizavam de forma muito rápida, utilizando estruturas próprias da LSV, dificultando minha compreensão inicial. Nesses momentos, solicitava que reduzissem a velocidade dos movimentos ou repetissem determinadas sequências de sinais. Frequentemente, após duas ou três tentativas, conseguíamos construir um entendimento comum. Esse processo revelou que a pesquisa exigia muito mais do que domínio linguístico; exigia sensibilidade para reconhecer os limites da própria compreensão e disposição para aprender continuamente com os interlocutores.

Em algumas entrevistas, quando não conseguíamos estabelecer entendimento apenas por meio das línguas de sinais, os próprios migrantes recorriam ao desenho como estratégia de comunicação. Ao representar objetos, lugares, trajetos ou situações vividas, os desenhos tornavam-se importantes mediadores da interação, permitindo esclarecer informações relacionadas à migração, ao trabalho e às experiências cotidianas. Esses registros demonstraram que a produção de significados não depende exclusivamente da linguagem verbal ou sinalizada, mas pode ser construída a partir de diferentes recursos visuais.

Também ocorreram situações em que outras pessoas presentes auxiliaram na comunicação. Em determinados encontros, participantes que possuíam maior contato com a Libras e a LSV colaboraram espontaneamente, reinterpretando sinais, esclarecendo significados e reduzindo ambiguidades durante as conversas. Essa mediação não substituiu a relação direta entre pesquisador e participante, mas contribuiu para tornar mais precisas algumas informações que poderiam ser interpretadas de forma equivocada. Ao mesmo tempo, procurei evitar que essas intervenções direcionassem excessivamente os relatos, preservando a autenticidade das narrativas produzidas pelos próprios migrantes.

Ao longo da pesquisa, fui percebendo diferenças importantes entre a Libras e a Língua de Sinais Venezuelana. Não se tratava apenas da utilização de sinais diferentes para nomear pessoas, objetos ou ações, mas de formas distintas de organizar a comunicação, construir

referências espaciais e expressar determinadas experiências culturais. Em diversas situações, um mesmo conceito possuía sinais completamente diferentes nas duas línguas. Em outras, o significado era compartilhado, porém construído por meio de configurações de mãos, movimentos ou expressões faciais distintas. Essas diferenças evidenciaram que cada língua de sinais está profundamente vinculada à história, à cultura e às experiências sociais de sua comunidade linguística.

Essas experiências modificaram profundamente minha compreensão sobre a comunicação entre pessoas surdas de diferentes nacionalidades. Antes do trabalho de campo, imaginava que a condição de ser surdo facilitaria automaticamente o processo comunicativo. Entretanto, a convivência com os migrantes venezuelanos demonstrou que a surdez não elimina as diferenças linguísticas e culturais. Pelo contrário, revelou que o encontro entre Libras e LSV exige negociação constante de significados, respeito às diferenças e disposição para construir formas alternativas de interação.

Sob a perspectiva antropológica, essas dificuldades não foram compreendidas como obstáculos ao desenvolvimento da pesquisa, mas como parte constitutiva do próprio campo etnográfico. Os momentos de incompreensão, os pedidos de repetição, os gestos improvisados, os desenhos, as pausas e os silêncios tornaram-se dados relevantes para compreender como diferentes comunidades surdas constroem estratégias de comunicação diante da diversidade linguística. Mais do que registrar informações, o trabalho de campo permitiu vivenciar a experiência da alteridade, evidenciando que comunicar-se é também negociar sentidos, reconhecer diferenças e construir vínculos de confiança.

Ao final da pesquisa, compreendi que a comunicação estabelecida entre pesquisador e participantes foi construída muito mais pela disposição em compreender o outro do que pela existência de uma língua comum. Foi justamente nesse espaço de encontros, negociações e aprendizados compartilhados que a etnografia revelou seu maior potencial, permitindo compreender que as relações humanas são permanentemente construídas por meio do diálogo, da experiência e do reconhecimento da diversidade cultural presente entre as próprias comunidades surdas.

A mediação cultural e o papel das comunidades surdas

Diante dessas dificuldades, as comunidades surdas assumem papel fundamental na mediação cultural e na construção de redes de apoio entre sujeitos surdos. Estudos no campo da educação de surdos têm reconhecido essas comunidades como espaços de produção cultural,

fortalecimento identitário e compartilhamento de experiências. Nessa perspectiva, Skliar (1998) compreende a surdez como uma diferença cultural, marcada por formas próprias de comunicação e interação social, o que evidencia a importância desses espaços na promoção do pertencimento e da participação social.

A língua de sinais ocupa posição central nesse processo. Conforme Quadros (2004), trata-se de uma língua natural, organizada na modalidade visuoespacial, com estrutura gramatical própria e plena capacidade expressiva. Por meio dela, são construídas narrativas, transmitidos conhecimentos e organizadas as práticas sociais da comunidade surda. Complementando essa compreensão, Strobel (2008) destaca que a cultura surda é constituída por valores, práticas e experiências compartilhadas, transmitidas nas interações entre seus membros e fundamentais para a construção de identidades coletivas.

No contexto das migrações, essas comunidades tornam-se ainda mais relevantes, sobretudo diante dos desafios enfrentados por migrantes surdos, como diferenças entre línguas de sinais, barreiras comunicacionais e dificuldades de inserção social. Nesse cenário, as comunidades surdas configuram-se como espaços de acolhimento e suporte, nos quais a língua e a cultura compartilhadas favorecem a construção de vínculos e a superação de obstáculos. A cultura surda é constituída por um conjunto de valores, práticas e modos de comunicação compartilhados, que favorecem a formação das identidades e fortalecem o sentimento de integração entre seus integrantes (Strobel, 2008).

No caso dos surdos venezuelanos residentes em Manaus, a interação com a comunidade surda local possibilita a troca de conhecimentos linguísticos e culturais, contribuindo para o aprendizado da Libras e para a inserção no novo contexto social. Além disso, essas redes facilitam o acesso a informações sobre trabalho, moradia e serviços públicos, atuando como importantes mecanismos de apoio no processo de adaptação. Para Quadros; Karnopp (2004), as comunidades surdas configuram-se como importantes espaços de interação social, nos quais se promovem a troca de experiências, o fortalecimento das línguas de sinais e o desenvolvimento de estratégias voltadas à inserção social.

Assim, as comunidades surdas funcionam como espaços de mediação cultural que ampliam as possibilidades de participação social dos migrantes, ao mesmo tempo em que fortalecem suas identidades. Desse modo, compreender a inclusão social sob essa perspectiva implica reconhecer a centralidade da língua de sinais e da cultura surda, valorizando a diversidade linguística e cultural como condição essencial para a efetiva participação dos sujeitos surdos na sociedade.

Trabalho e acessibilidade: desafios e possibilidades de inserção no mercado manauara

O trabalho constitui um dos elementos centrais na organização da vida social, sendo fundamental para a garantia de autonomia, dignidade e participação cidadã. No contexto das migrações, o acesso ao trabalho assume papel ainda mais significativo, pois representa uma das principais formas de inserção social dos migrantes nas sociedades de acolhimento. Conforme, Sayad (1998), o trabalho configura-se como um dos principais caminhos para a inserção do imigrante na sociedade de acolhimento, ao mesmo tempo em que evidencia as desigualdades e os processos de exclusão presentes nesse contexto. Entretanto, para pessoas surdas migrantes, esse processo envolve desafios adicionais relacionados a barreiras linguísticas, culturais e institucionais.

No caso da comunidade surda, a relação entre trabalho, língua e acessibilidade assume características específicas. A comunicação em língua de sinais, a presença de intérpretes e a adaptação dos ambientes laborais são fatores fundamentais para garantir condições adequadas de participação profissional. Conforme argumenta Ronice Müller de Quadros, as línguas de sinais constituem sistemas linguísticos completos e complexos, organizados em modalidade visuoespacial, o que exige que os ambientes sociais e institucionais reconheçam e respeitem suas especificidades linguísticas.

Nesse sentido, discutir a inserção de pessoas surdas no mercado de trabalho implica considerar não apenas aspectos econômicos, mas também dimensões culturais, linguísticas e sociais que influenciam as possibilidades de participação desses sujeitos na vida produtiva. Assim, este capítulo analisa os desafios e as possibilidades de inserção de pessoas surdas no mercado de trabalho em Manaus, considerando o direito ao trabalho, as políticas de inclusão e as estratégias de superação desenvolvidas diante das barreiras encontradas.

O direito ao trabalho e as políticas de inclusão

O direito ao trabalho é reconhecido como um direito fundamental, essencial para a promoção da dignidade humana e da participação social. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece o trabalho como um dos pilares da ordem social, garantindo a todos os cidadãos o direito de acesso a oportunidades laborais.

No caso das pessoas com deficiência, diferentes políticas públicas foram criadas com o objetivo de promover a inclusão no mercado de trabalho. Entre elas destaca-se a Lei de Cotas (Lei nº 8.213/1991), que determina que empresas com cem ou mais funcionários reservem uma porcentagem de vagas para pessoas com deficiência. Essa legislação representa um importante

instrumento de promoção da inclusão laboral, embora sua efetivação ainda enfrente desafios na prática.

Segundo Romeu Kazumi Sassaki (1997), a inclusão social envolve um processo de transformação das estruturas sociais, de modo que a sociedade se adapte às necessidades das pessoas com deficiência, garantindo igualdade de oportunidades e participação plena em diferentes esferas da vida social. Nesse sentido, a inclusão no mercado de trabalho não deve ser compreendida apenas como inserção numérica de trabalhadores com deficiência, mas como construção de ambientes acessíveis e socialmente inclusivos.

No caso da comunidade surda, a acessibilidade comunicacional constitui elemento central para a efetivação do direito ao trabalho. O reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação, por meio da Lei nº 10.436/2002, representa um marco importante para a garantia dos direitos linguísticos da população surda no Brasil.

Entretanto, como destacam Skliar (1998) e Strobel (2008), a inclusão de pessoas surdas não pode ser reduzida a uma perspectiva meramente assistencialista. É necessário reconhecer a surdez também como uma diferença cultural e linguística, valorizando a identidade surda e a centralidade da língua de sinais na organização da vida social da comunidade surda.

Desafios de empregabilidade e acessibilidade

Apesar dos avanços legais relacionados à inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, diversos desafios ainda persistem, especialmente no que se refere à acessibilidade comunicacional e às condições de empregabilidade das pessoas surdas.

Entre as principais dificuldades enfrentadas pela comunidade surda no mundo do trabalho destacam-se as barreiras de comunicação. Em muitos ambientes laborais, a ausência de intérpretes de Libras ou de estratégias de comunicação acessível dificulta a interação entre trabalhadores surdos e ouvintes, limitando a participação desses sujeitos em atividades coletivas, reuniões e processos de formação profissional. As dificuldades comunicacionais configuram-se como um dos principais entraves à inclusão das pessoas com deficiência, sobretudo no contexto laboral, onde a falta de recursos de acessibilidade compromete a participação efetiva dos indivíduos (Sassaky, 1997).

De acordo com Quadros (2004), a comunicação em língua de sinais constitui elemento fundamental para a participação social das pessoas surdas. Quando essa comunicação não é reconhecida ou respeitada, criam-se obstáculos que restringem o acesso desses sujeitos a diferentes espaços sociais, incluindo o mercado de trabalho.

Outro fator relevante refere-se às desigualdades no acesso à educação e à formação

profissional. Como destaca Strobel (2008), a história educacional da comunidade surda foi marcada por práticas que frequentemente desconsideraram a língua de sinais como língua de instrução, o que contribuiu para a reprodução de desigualdades no acesso ao conhecimento e às oportunidades profissionais.

No caso de migrantes surdos, esses desafios podem ser ainda mais intensos. Além das barreiras enfrentadas pela comunidade surda em geral, os migrantes também lidam com dificuldades relacionadas às diferenças linguísticas entre línguas de sinais, à adaptação cultural e ao acesso limitado a redes institucionais de apoio. “O imigrante ocupa uma posição social marcada por múltiplas formas de vulnerabilidade, resultantes das dificuldades de inserção econômica, social e cultural no país de acolhimento” (Sayad, 1998, p. 57).

Nesse contexto, a inserção no mercado de trabalho depende não apenas das habilidades individuais dos sujeitos, mas também da existência de ambientes institucionais preparados para acolher a diversidade linguística e cultural presente nas experiências migratórias

Estratégias e experiências de superação

Apesar das dificuldades enfrentadas, as experiências de pessoas surdas no mercado de trabalho também revelam diferentes estratégias de superação e adaptação às condições impostas pelos contextos sociais e institucionais.

As narrativas dos participantes desta pesquisa evidenciam que o trabalho ocupa lugar central na reconstrução das trajetórias migratórias. A busca por oportunidades de emprego aparece como uma das principais motivações para o deslocamento da Venezuela para o Brasil, sendo associada à expectativa de melhoria das condições de vida.

Segundo Minayo (2014), as narrativas produzidas em pesquisas qualitativas permitem compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências, revelando estratégias de enfrentamento e adaptação diante das dificuldades encontradas em seus contextos sociais.

No caso dos participantes desta pesquisa, observam-se diferentes formas de adaptação ao mercado de trabalho manauara. Alguns sujeitos conseguiram inserção em atividades industriais, enquanto outros desenvolveram estratégias alternativas de geração de renda. O migrante adota diferentes estratégias para se inserir no mercado de trabalho, utilizando os recursos sociais e culturais de que dispõe para lidar com as exigências e desafios do contexto de acolhimento (Sayad, 1998). Essas experiências demonstram a capacidade dos sujeitos de mobilizar recursos sociais, culturais e linguísticos para enfrentar os desafios do processo migratório.

Outro aspecto importante refere-se à atuação das redes de apoio, compostas por familiares, amigos e membros da comunidade surda. Essas redes desempenham papel fundamental na troca de informações sobre oportunidades de trabalho, no compartilhamento de experiências e na construção de estratégias coletivas de adaptação ao novo contexto social. Nesse contexto, Portes (1995), afirma que, as redes sociais desempenham papel fundamental na vida dos migrantes, pois permitem o compartilhamento de informações, a construção de estratégias de sobrevivência e a facilitação da inserção no novo contexto social”

Como argumenta Skliar (1998), a comunidade surda constitui um espaço de produção cultural e de construção de identidades coletivas, no qual a língua de sinais desempenha papel central na organização das relações sociais. Nesse sentido, a presença dessas redes contribui para fortalecer o sentimento de pertencimento e para ampliar as possibilidades de participação social dos migrantes surdos.

Dessa forma, a análise das experiências relatadas pelos participantes revela que, apesar das barreiras existentes, os sujeitos desenvolvem diferentes estratégias de enfrentamento e adaptação, mobilizando recursos linguísticos, culturais e sociais para construir novas trajetórias de vida no contexto manauara.

Considerações etnográficas

Fazer Antropologia sendo surdo significou construir caminhos de comunicação para além das palavras. A pesquisa demonstrou que a etnografia, quando realizada a partir da experiência visual, amplia a compreensão das relações humanas e permite reconhecer que os gestos, os silêncios, as expressões faciais e os movimentos corporais constituem também formas legítimas de produção de conhecimento antropológico. Ao investigar migrantes surdos venezuelanos em Manaus, compreendi que a comunicação não acontece apenas pela língua, mas pela construção de confiança, pelo compartilhamento de experiências e pelo reconhecimento mútuo das diferenças culturais. Esse percurso transformou não apenas minha compreensão sobre a migração, mas também minha própria identidade como antropólogo surdo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo investigar a experiência migratória de surdos venezuelanos residentes em Manaus, considerando as dimensões sociais, culturais, linguísticas, identitárias e laborais que atravessam esse processo. A partir da análise das narrativas dos participantes e das observações realizadas durante o trabalho de campo, foi possível compreender que a migração ultrapassa a ideia de um simples deslocamento territorial, constituindo-se como um processo contínuo de reconstrução de trajetórias de vida, de negociação de identidades e de produção de novos sentidos de pertencimento.

Os resultados evidenciaram que a decisão de migrar esteve diretamente relacionada às dificuldades econômicas enfrentadas na Venezuela, especialmente à escassez de oportunidades de trabalho e às condições precárias de subsistência. Nesse contexto, a migração para o Brasil representou uma estratégia para buscar melhores condições de vida, segurança e perspectivas de inserção no mercado de trabalho.

Entretanto, a chegada a Manaus revelou novos desafios. As diferenças entre a Língua de Sinais Venezuelana (LSV), a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a língua portuguesa escrita configuraram importantes barreiras à comunicação, influenciando o acesso aos serviços públicos, às oportunidades de trabalho e às relações sociais. Ao mesmo tempo, a convivência cotidiana demonstrou que essas dificuldades não impediram a construção de estratégias comunicacionais, marcadas pela negociação de sentidos, pelo uso de gestos, expressões corporais, apontamentos e pela cooperação entre diferentes membros da comunidade surda.

As narrativas evidenciaram, ainda, que as trajetórias de inserção laboral ocorreram de maneira diversa, envolvendo experiências de trabalho formal, atividades informais e situações de vulnerabilidade decorrentes de limitações econômicas, condições de saúde e responsabilidades familiares. Nesse cenário, as redes de apoio formadas por familiares, amigos, instituições religiosas e pela comunidade surda desempenharam papel fundamental na adaptação dos migrantes, favorecendo o acesso à moradia, à documentação, aos serviços públicos e às oportunidades de trabalho.

A perspectiva etnográfica adotada permitiu compreender essas experiências para além do conteúdo das entrevistas. A observação participante e os registros sistemáticos no diário de campo possibilitaram interpretar aspectos que dificilmente seriam apreendidos apenas pelas narrativas, como os gestos, as expressões faciais, os silêncios, as pausas e as formas de interação estabelecidas entre os participantes. Esses elementos revelaram a dimensão visuoespacial da comunicação em língua de sinais e ampliaram a compreensão dos significados produzidos pelos

próprios interlocutores em suas experiências cotidianas.

O trabalho de campo também evidenciou que espaços como igrejas, residências compartilhadas, abrigos e encontros da comunidade surda ultrapassam a função de acolhimento institucional. Esses ambientes constituem importantes redes de sociabilidade, nas quais circulam informações sobre documentação, moradia, alimentação, oportunidades de trabalho e acesso a direitos, fortalecendo vínculos de solidariedade e contribuindo para os processos de adaptação e pertencimento dos migrantes surdos venezuelanos.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa demonstrou que a articulação entre entrevistas semiestruturadas, observação participante e registros sistemáticos no diário de campo possibilitou compreender, de forma aprofundada, as experiências migratórias dos participantes. A perspectiva etnográfica adotada permitiu interpretar não apenas o conteúdo das narrativas, mas também os significados produzidos nas interações cotidianas, considerando gestos, expressões faciais, silêncios, negociações linguísticas e relações sociais construídas ao longo do trabalho de campo. A descrição densa mostrou-se fundamental para revelar dimensões da experiência migratória que dificilmente seriam apreendidas apenas pela análise das entrevistas.

A realização desta investigação também proporcionou uma importante reflexão sobre minha própria trajetória como pesquisador surdo em formação na Antropologia Social. O trabalho de campo demonstrou que compartilhar a condição de pessoa surda não elimina as diferenças linguísticas e culturais existentes entre comunidades surdas de diferentes países. Ao contrário, evidenciou que o encontro entre Libras e LSV exige constantes negociações de sentidos e um processo contínuo de aprendizagem mútua. Essa experiência contribuiu para ampliar minha compreensão sobre o fazer antropológico, permitindo construir um olhar mais sensível às diferenças culturais, às formas de comunicação e às múltiplas maneiras pelas quais os sujeitos produzem conhecimento sobre suas próprias experiências.

Por fim, esta pesquisa reafirma que compreender a migração de surdos venezuelanos exige reconhecer a singularidade de suas trajetórias, respeitando suas experiências, suas formas de comunicação e seus processos de construção identitária. Mais do que evidenciar dificuldades, o estudo revelou estratégias de resistência, solidariedade e reconstrução da vida desenvolvidas pelos participantes diante dos desafios impostos pela migração. Espera-se que esta investigação contribua para o fortalecimento dos estudos sobre migração, surdez e Antropologia, bem como para a formulação de políticas públicas e práticas institucionais que reconheçam a diversidade linguística e cultural das pessoas surdas migrantes, promovendo maior inclusão social, acessibilidade comunicacional e garantia de direitos.

Contribuições da pesquisa

A presente pesquisa contribui para a ampliação do debate acadêmico acerca das experiências migratórias de pessoas surdas, especialmente no contexto da migração de surdos venezuelanos residentes em Manaus. Ao analisar suas narrativas e experiências cotidianas, o estudo evidenciou que a migração é um fenômeno que envolve dimensões sociais, culturais, linguísticas, identitárias e laborais, revelando desafios e estratégias de adaptação que permanecem pouco explorados na literatura sobre migração e surdez.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa fortalece o diálogo entre a Antropologia, os Estudos Surdos e os estudos sobre migração, ao compreender que as experiências migratórias não podem ser analisadas apenas sob a perspectiva do deslocamento geográfico ou da inserção econômica. Os resultados demonstram que a migração constitui um processo contínuo de reconstrução de identidades, de negociação cultural e de produção de novos sentidos de pertencimento, marcado pelas especificidades linguísticas e culturais das comunidades surdas.

A investigação também contribui para ampliar as discussões sobre a diversidade existente entre as próprias comunidades surdas. A convivência com migrantes usuários da Língua de Sinais Venezuelana (LSV) evidenciou que compartilhar a condição de pessoa surda não significa compartilhar a mesma língua ou as mesmas referências culturais. As diferenças entre a LSV e a Língua Brasileira de Sinais (Libras) revelaram processos constantes de negociação de sentidos, adaptação comunicacional e construção coletiva da compreensão, aspectos ainda pouco abordados na produção científica brasileira.

No campo metodológico, a pesquisa evidencia a relevância da abordagem etnográfica para a compreensão das experiências migratórias de pessoas surdas. A articulação entre entrevistas semiestruturadas, observação participante e registros sistemáticos no diário de campo possibilitou interpretar não apenas as narrativas produzidas pelos participantes, mas também os significados expressos por meio dos gestos, das expressões faciais, dos silêncios, das pausas e das diferentes estratégias comunicacionais observadas durante o trabalho de campo. A descrição densa permitiu compreender aspectos da experiência migratória que dificilmente seriam revelados apenas pelas entrevistas, evidenciando a importância da observação direta das relações sociais e das práticas cotidianas.

Outro aspecto relevante refere-se à experiência do pesquisador surdo no desenvolvimento da investigação. A pesquisa demonstrou que essa condição favoreceu a construção de vínculos de confiança com os participantes, possibilitando maior aproximação com suas experiências e formas de comunicação. Ao mesmo tempo, evidenciou que a prática antropológica exige reconhecer e compreender as diferenças linguísticas e culturais existentes

entre distintas comunidades surdas, ampliando a reflexão sobre a produção do conhecimento antropológico a partir de perspectivas visuais e sinalizadas.

Do ponto de vista social, os resultados reforçam a necessidade de reconhecer as especificidades linguísticas e culturais dos migrantes surdos na formulação de políticas públicas e ações institucionais voltadas à inclusão social. O estudo evidencia a importância de garantir acessibilidade comunicacional, acesso qualificado aos serviços públicos, oportunidades de inserção no mercado de trabalho e fortalecimento das redes de apoio, considerando as particularidades da experiência migratória vivenciada por pessoas surdas.

Além disso, a pesquisa contribui para dar visibilidade às narrativas e experiências dos migrantes surdos venezuelanos, reconhecendo-os como protagonistas de suas próprias histórias. Ao privilegiar suas vozes, suas formas de comunicação e seus processos de construção de pertencimento, o estudo amplia a compreensão sobre a diversidade presente nos fluxos migratórios contemporâneos e reafirma a importância de uma antropologia comprometida com a escuta, a alteridade e o respeito às múltiplas formas de produção de conhecimento.

Limitações do estudo e sugestões para pesquisas futuras

Como toda investigação qualitativa de natureza etnográfica, este estudo apresenta limitações que precisam ser consideradas. A pesquisa foi realizada com um número reduzido de participantes, característica compatível com a profundidade analítica proposta pela etnografia. Dessa forma, os resultados não têm a pretensão de representar a totalidade das experiências dos migrantes surdos venezuelanos, mas de compreender, de forma aprofundada, as trajetórias e os significados construídos pelos interlocutores participantes desta pesquisa.

Outra limitação refere-se às especificidades do processo de comunicação entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Língua de Sinais Venezuelana (LSV). As diferenças linguísticas entre essas línguas exigiram constantes negociações de sentidos durante o trabalho de campo e também representaram desafios no processo de tradução das narrativas para a língua portuguesa escrita. Embora a pesquisa tenha buscado preservar as características da comunicação sinalizada, reconhece-se que determinados aspectos da experiência visuoespacial e das expressões corporais dificilmente podem ser integralmente representados pela escrita acadêmica.

Também é importante considerar que o estudo foi desenvolvido no contexto específico da cidade de Manaus. As condições sociais, econômicas, institucionais e culturais observadas podem diferir de outras regiões brasileiras que recebem migrantes venezuelanos, indicando a necessidade de novas investigações em diferentes contextos geográficos.

Diante dessas limitações, recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o número de participantes e contemplem outras regiões do país, permitindo análises comparativas sobre as experiências migratórias de pessoas surdas. Sugere-se, ainda, o aprofundamento de estudos sobre processos de aprendizagem entre diferentes línguas de sinais, redes transnacionais da comunidade surda, inserção laboral, acesso às políticas públicas e práticas de acolhimento institucional voltadas aos migrantes surdos.

Por fim, espera-se que esta pesquisa incentive novas investigações no campo da Antropologia, dos Estudos Surdos e da migração, contribuindo para a formulação de políticas públicas e práticas institucionais que reconheçam a diversidade linguística e cultural das pessoas surdas migrantes, promovendo acessibilidade comunicacional, inclusão social e garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (org.). *A aventura (auto)biográfica: teoria e empiria*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

ACNUR. *Tendências Globais: Deslocamento Forçado em 2023*. Genebra: ONU, 2023.

ALBRES, Neiva de Aquino. *Políticas linguísticas e educacionais para a educação de surdos no Brasil: avanços e desafios*. São Paulo: Mercado de Letras, 2019.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Etnografia da prática escolar*. 18. ed. Campinas: Papirus, 2012.

BAENINGER, José Fábio Jardim. *Redistribuição espacial da população: características e tendências do caso brasileiro*. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

Boas, Franz, 1858-1942. *Antropologia cultural* / Franz Boas; textos selecionados, apresentação e tradução, Celso Castro. - 2.ed. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. - (Antropologia social)

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados*. Brasília: MEC, [s.d.]. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br>. Acesso em: 06 abr. 2026.

BRUNER, Jerome. *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

DEFOURMANTELLE, Anne. A hospitalidade: Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade. 2. ed. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. São Paulo: Editora Autêntica, 2013.

DERRIDA, Jacques. Da hospitalidade. São Paulo: Escuta, 2001.

EMERSON, Robert M.; FRETZ, Rachel I.; SHAW, Linda L. Writing Ethnographic Fieldnotes. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

FELIPE, Tanya Amara. Os processos de formação de palavra na Libras. Campinas: UNICAMP, 2006.

FERNANDES, Durval; CASTRO, Maria da Consolação Gomes de. *Estudos sobre a migração haitiana para o Brasil e diálogo bilateral*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2014.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GEERTZ, Clifford Geertz. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Trad. Vera da Costa e Silva. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

INGOLD, Tim. Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015.

JÚNIOR, José Evaldo Gomes. Marcadores não manuais nas línguas de sinais: aspectos discursivos e visuais. Manaus: EDUA, 2023.

MALINOWSKI, Bronislaw Malinowski. Argonautas do Pacífico Ocidental. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

Mara Lopes Figueira de RUZZA. Língua de Sinais, Cultura e Identidade: o reconhecimento da Diferença Surda. Revista Culturas & Fronteiras - Volume 6. Nº 1 - Julho/2022 Grupo de Estudos Interdisciplinares das Fronteiras Amazônicas - GEIFA /UNIR Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/index/user>

MELLO, Anahí Guedes de. Olhar, (não) ouvir, escrever: uma autoetnografia ciborgue. In: Revista Iluminuras, Porto Alegre, v. 15, n. 36, p. 173–201, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/46861>. Acesso em: 03.11.2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORAES, Márcia; DIAS, Cristiane. Migração, surdez e barreiras comunicacionais: desafios para o acesso a direitos. Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v. 25, n. 3, p. 455-470, 2019.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. Revista de Antropologia, v. 39, n. 2, p. 7-27, 1996.

ORLANDI, Eni. Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012.

OVIDO, Alejandro. La lengua de señas venezolana: descripción lingüística y situación sociolingüística. Mérida: Universidad de Los Andes, 2007.

PEIRANO, Mariza Peirano. Etnografia não é método. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

PORTES, Alejandro. Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview. In: PORTES, Alejandro (org.). The economic sociology of immigration. New York: Russell Sage Foundation, 1995.

QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RAMOS, Natália. Saúde, Migração e Interculturalidade: Perspectivas Teóricas e Práticas. Editora Universitária da UFPB, João Pessoa, PB, 2008. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/6831/1/Sa%C3%BAde%20Migra%C3%A7%C3%A3o%20e%20Interculturalidade%20%283%29.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2021

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. Campinas: Papirus, 1994.

SANTANA, A. P. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de saberes e práticas. Revista Estudos Feministas, v. 13, n. 2, p. 451-467, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hxDxvJQjCZy8MCdBGLgGNnK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2025.

SANTOS, Adalzisa Ramos dos. Surdez, identidade e cultura no contexto da Língua Brasileira de Sinais. Palmas, TO: Universidade Federal de Santa Maria, 2011. Disponível

em:https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/16539/TCCE_EEDCES_EaD_2010_SANTOS_ADALZISA.pdf?isAllowed=y&sequence=1. Acesso em: 23 out. 2025.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHRAMM, Wilbur. *Teoria da Comunicação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

SILVA, Ana; CASTRO, José. *Línguas de sinais e identidade cultural: o caso dos surdos venezuelanos*. Caracas: Ediciones Sur, 2018.

SILVA, Daniele Cariolano da; JÚNIOR, Francisco Ranulfo Freitas Martins; SILVA, Tatiana Maria Ribeiro; NUNES, João Batista Carvalho. Características de pesquisas qualitativas: estudo em teses de um programa de Pós-Graduação em Educação. *Educação em Revista* Belo Horizonte v.38|e26895|2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469826895>

SILVA, Sidney Antonio da. *Migração venezuelana e os desafios na fronteira norte do Brasil*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018.

SILVA, Ygor Felipe Távora da. *Migrações Venezuelanas e papel do Amazonas na garantia do direito à saúde*. Tese de Doutorado Programa de Pós graduação em direito da Universidade Federal De Minas Gerais UFMG. Belo Horizonte 2023

SKLIAR, Carlos (org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STEMELA-ZALI, Unati; KATHARD, Harsha; SEFOTH, Maximus M. The matrix of linguistic exclusions impeding career construction for D/deaf learners. *African Journal of Disability*, v. 11, p. 935, 2022. DOI: 10.4102/ajod.v11i0.935. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9257708/>. Acesso em: 23 out. 2025.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

STROBEL, Karin Lilian. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

STUMPF, Marianne Rossi. *Educação de surdos e novas tecnologias*. Florianópolis: UFSC, 2008.

STUMPF, Marianne Rossi. *Educação de surdos e novos caminhos para a construção de conhecimento*. Florianópolis: UFSC, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM). Campi do interior. Manaus: UFAM, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ufam.edu.br>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM). Institucional. Manaus: UFAM, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ufam.edu.br>. Acesso em: 06 abr. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS). Apresentação do programa. Manaus: UFAM, [s.d.]. Disponível em: <https://ppgas.ufam.edu.br>. Acesso em: 06 abr. 2026.

VALE, Ivone de Jesus do; SANTOS, Luceliana Novais de Sá; BASTOS, Alder Thiago. A inclusão da pessoa surda no mercado de trabalho: uma busca pela construção de uma sociedade mais justa e com equidade. *Revista Brasileira de Desenvolvimento e Inovação*, [S. l.], v. 1, n. 1, 2024. Disponível em: <https://rbdin.com.br/index.php/revista/article/view/6>. Acesso em: 25 set. 2025.

VENEZUELA. Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. Caracas, 1999.

WORLD BANK; UNHCR. Displacement in Brazil: helping policy makers to improve economic and social inclusion for Venezuelans. Washington, D.C.: World Bank, 2021. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2021/05/19/deslocamento-no-brasil-ajudando-os-formuladores-de-politicas-a-melhorar-a-inclusao-economica-e-social-dos-venezuelanos>. Acesso em: 23 out. 2025.

World Federation of the Deaf. Gestuno: International Sign Language of the Deaf. British Deaf Association, 1975.

ANEXOS

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DISSERTAÇÃO

Questionário (8 perguntas)

1. Trajetória migratória

Conte como foi sua saída da Venezuela e sua chegada ao Brasil e a Manaus.

2. Adaptação em Manaus

Como tem sido sua experiência de adaptação à vida em Manaus? O que foi mais fácil e mais difícil?

3. Trabalho e condições de vida

Conte como você conseguiu trabalho no Brasil e como ele influencia sua vida hoje.

4. Acesso a serviços e saúde

Como tem sido sua experiência ao buscar atendimento em serviços públicos (saúde, documentos, benefícios) em Manaus?

5. Redes de apoio

Quem ajudou você desde que chegou ao Brasil e que tipo de apoio recebeu?

6. Identidade e pertencimento

Como você se vê hoje vivendo no Brasil? O que mudou em sua identidade ou em sua vida?

7. Cotidiano e cultura

Que diferenças você percebe entre a vida na Venezuela e em Manaus, especialmente na alimentação, transporte e dia a dia?

8. Projetos de futuro

Quais são seus planos para o futuro? Você pretende permanecer no Brasil ou voltar para a Venezuela? Por quê?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO EXPRESSÕES NÃO VERBAIS

FICHA DE OBSERVAÇÃO

Pesquisa: _____

Pesquisador(a): _____

Data: ____ / ____ / ____

Local: _____

Participante (código): _____

Tipo de encontro: () Entrevista () Observação () Outro: _____

1. Contexto da situação

- Ambiente físico (descrição do espaço):
- Pessoas presentes:
- Duração do encontro: _____
- Condições da interação (ex.: formal, acolhedora, tensa):

2. Dinâmica da interação

- Como se iniciou o contato:
- Nível de engajamento do participante:
() Alto () Médio () Baixo
- Ocorreram interrupções? Quais?
- Uso de mediadores/intérprete (se houver):

3. Comunicação visual e corporal (ESSENCIAL)

Expressões faciais predominantes:

Uso do espaço de sinalização:

Classificadores observados:

Intensidade dos movimentos:

() Suave () Moderada () Enfática

Repetições de sinais relevantes:

Apontamentos espaciais:

Outros aspectos visuais importantes:

4. Conteúdo emergente (primeiras impressões)

Temas que apareceram:

- ☐ Trabalho
- ☐ Migração
- ☐ Barreiras linguísticas
- ☐ Discriminação
- ☐ Redes de apoio
- ☐ Pertencimento
- ☐ Outro: _____

Eventos marcantes narrados:

Metáforas ou expressões nativas:

5. Aspectos emocionais observados

- Emoções predominantes:
- Momentos de maior intensidade emocional:
- Sinais de desconforto ou hesitação:

6. Silêncios e não ditos

- Temas evitados:
- Mudanças bruscas de assunto:
- Respostas muito breves ou evasivas:

7. Construção de identidade (percepções iniciais)

- Como o participante se posiciona:
- Pertencimentos mencionados:
- Possíveis tensões identitárias:

8. Notas reflexivas do pesquisador

(Impressões, hipóteses iniciais, dúvidas)

LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. (LEI DA LIBRAS)

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.

Regulamento

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial,

de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

Este texto não substitui o publicado no DOU de 25.4.2002

DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e no art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000,

DECRETA:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

CAPÍTULO II**DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR**

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

CAPÍTULO III

DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LIBRAS E DO INSTRUTOR DE LIBRAS

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput.

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngüe.

§ 1º Admite-se como formação mínima de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a formação ofertada em nível médio na modalidade normal, que viabilizar a formação bilíngüe, referida no caput.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput.

Art. 6º A formação de instrutor de Libras, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições credenciadas por secretarias de educação.

§ 1º A formação do instrutor de Libras pode ser realizada também por organizações da sociedade civil representativa da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por pelo menos uma das instituições referidas nos incisos II e III.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput.

Art. 7º Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina em cursos de educação superior, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis:

I - professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;

II - instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;

III - professor ouvinte bilíngüe: Libras - Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação.

§ 1º Nos casos previstos nos incisos I e II, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras.

§ 2º A partir de um ano da publicação deste Decreto, os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o professor de Libras em seu quadro do magistério.

Art. 8º O exame de proficiência em Libras, referido no art. 7º, deve avaliar a fluência no uso, o conhecimento e a competência para o ensino dessa língua.

§ 1º O exame de proficiência em Libras deve ser promovido, anualmente, pelo Ministério da Educação e instituições de educação superior por ele credenciadas para essa finalidade.

§ 2º A certificação de proficiência em Libras habilitará o instrutor ou o professor para a função docente.

§ 3º O exame de proficiência em Libras deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento em Libras, constituída por docentes surdos e lingüistas de instituições de educação superior.

Art. 9º A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular, nos seguintes prazos e percentuais mínimos:

I - até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição;

II - até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição;

III - até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição; e

IV - dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição.

Parágrafo único. O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas.

Art. 10. As instituições de educação superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a educação básica, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 11. O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação:

I - para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngüe: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua;

II - de licenciatura em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos;

III - de formação em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 12. As instituições de educação superior, principalmente as que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras, devem viabilizar cursos de pós-graduação para a formação de professores para o ensino de Libras e sua interpretação, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 13. O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O tema sobre a modalidade escrita da língua portuguesa para surdos deve ser incluído como conteúdo nos cursos de Fonoaudiologia.

CAPÍTULO IV

DO USO E DA DIFUSÃO DA LIBRAS E DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ACESSO DAS PESSOAS SURDAS À EDUCAÇÃO

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

§ 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem:

I - promover cursos de formação de professores para:

- a) o ensino e uso da Libras;
- b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e
- c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;

II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;

III - prover as escolas com:

- a) professor de Libras ou instrutor de Libras;
- b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;
- c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e
- d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade lingüística manifestada pelos alunos surdos;

IV - garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização;

V - apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos;

VI - adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade lingüística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;

VIII - disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

§ 2º O professor da educação básica, bilíngüe, aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, pode exercer a função de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, cuja função é distinta da função de professor docente.

§ 3º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de

assegurar atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva.

Art. 15. Para complementar o currículo da base nacional comum, o ensino de Libras e o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos, devem ser ministrados em uma perspectiva dialógica, funcional e instrumental, como:

I - atividades ou complementação curricular específica na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; e

II - áreas de conhecimento, como disciplinas curriculares, nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior.

Art. 16. A modalidade oral da Língua Portuguesa, na educação básica, deve ser ofertada aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, preferencialmente em turno distinto ao da escolarização, por meio de ações integradas entre as áreas da saúde e da educação, resguardado o direito de opção da família ou do próprio aluno por essa modalidade.

Parágrafo único. A definição de espaço para o desenvolvimento da modalidade oral da Língua Portuguesa e a definição dos profissionais de Fonoaudiologia para atuação com alunos da educação básica são de competência dos órgãos que possuam estas atribuições nas unidades federadas.

CAPÍTULO V

DA FORMAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS - LÍNGUA PORTUGUESA

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Art. 19. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, as instituições federais de ensino devem incluir, em seus quadros, profissionais com o seguinte perfil:

I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;

II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental;

III - profissional surdo, com competência para realizar a interpretação de línguas de sinais de outros países para a Libras, para atuação em cursos e eventos.

Parágrafo único. As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 20. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, o Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, lingüistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.

Art. 21. A partir de um ano da publicação deste Decreto, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos.

§ 1º O profissional a que se refere o caput atuará:

I - nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino;

II - nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e

III - no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

CAPÍTULO VI

DA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional,

com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngüe aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

§ 2º Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação.

§ 3º As mudanças decorrentes da implementação dos incisos I e II implicam a formalização, pelos pais e pelos próprios alunos, de sua opção ou preferência pela educação sem o uso de Libras.

§ 4º O disposto no § 2º deste artigo deve ser garantido também para os alunos não usuários da Libras.

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

§ 1º Deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade lingüística do aluno surdo.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 24. A programação visual dos cursos de nível médio e superior, preferencialmente os de formação de professores, na modalidade de educação a distância, deve dispor de sistemas de acesso à informação como janela com tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa e

subtitulação por meio do sistema de legenda oculta, de modo a reproduzir as mensagens veiculadas às pessoas surdas, conforme prevê o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

CAPÍTULO VII

DA GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE DAS PESSOAS SURDAS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 25. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Sistema Único de Saúde - SUS e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir, prioritariamente aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas, efetivando:

- I - ações de prevenção e desenvolvimento de programas de saúde auditiva;
- II - tratamento clínico e atendimento especializado, respeitando as especificidades de cada caso;
- III - realização de diagnóstico, atendimento precoce e do encaminhamento para a área de educação;
- IV - seleção, adaptação e fornecimento de prótese auditiva ou aparelho de amplificação sonora, quando indicado;
- V - acompanhamento médico e fonoaudiológico e terapia fonoaudiológica;
- VI - atendimento em reabilitação por equipe multiprofissional;
- VII - atendimento fonoaudiológico às crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação básica, por meio de ações integradas com a área da educação, de acordo com as necessidades terapêuticas do aluno;
- VIII - orientações à família sobre as implicações da surdez e sobre a importância para a criança com perda auditiva ter, desde seu nascimento, acesso à Libras e à Língua Portuguesa;

IX - atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; e

X - apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação.

§ 1º O disposto neste artigo deve ser garantido também para os alunos surdos ou com deficiência auditiva não usuários da Libras.

§ 2º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal, do Distrito Federal e as empresas privadas que detêm autorização, concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde buscarão implementar as medidas referidas no art. 3º da Lei nº 10.436, de 2002, como meio de assegurar, prioritariamente, aos alunos surdos ou com deficiência auditiva matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas.

CAPÍTULO VIII

DO PAPEL DO PODER PÚBLICO E DAS EMPRESAS QUE DETÊM CONCESSÃO OU PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, NO APOIO AO USO E DIFUSÃO DA LIBRAS

Art. 26. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado, por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, realizados por servidores e empregados capacitados para essa função, bem como o acesso às tecnologias de informação, conforme prevê o Decreto nº 5.296, de 2004.

§ 1º As instituições de que trata o caput devem dispor de, pelo menos, cinco por cento de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação da Libras.

§ 2º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, e as empresas privadas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o tratamento diferenciado, previsto no caput.

Art. 26. O Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, deverão garantir às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o seu efetivo e amplo atendimento, por meio do uso e da difusão da Libras e da tradução e da interpretação de Libras - Língua Portuguesa. (Redação dada pelo Decreto nº 9.656, de 2018)

§ 1º Para garantir a difusão da Libras, as instituições de que trata o caput deverão dispor de, no mínimo, cinco por cento de servidores, funcionários ou empregados com capacitação básica em Libras. (Redação dada pelo Decreto nº 9.656, de 2018)

§ 2º Para garantir o efetivo e amplo atendimento das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, o Poder Público, as empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, poderão utilizar intérpretes contratados especificamente para essa função ou central de intermediação de comunicação que garanta a oferta de atendimento presencial ou remoto, com intermediação por meio de recursos de videoconferência on-line e webchat, à pessoa surda ou com deficiência auditiva. (Redação dada pelo Decreto nº 9.656, de 2018)

§ 3º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal e distrital e as empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o efetivo e amplo atendimento previsto no caput . (Incluído pelo Decreto nº 9.656, de 2018)

Art. 27. No âmbito da administração pública federal, direta e indireta, bem como das empresas que detêm concessão e permissão de serviços públicos federais, os serviços prestados por servidores e empregados capacitados para utilizar a Libras e realizar a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa estão sujeitos a padrões de controle de atendimento e a avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, sob a coordenação da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em conformidade com o Decreto nº 3.507, de 13 de junho de 2000.

Parágrafo único. Caberá à administração pública no âmbito estadual, municipal e do Distrito Federal disciplinar, em regulamento próprio, os padrões de controle do atendimento e avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, referido no caput.

Art. 27. No âmbito da administração pública federal, direta e indireta, e das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos federais, o atendimento prestado conforme o disposto no § 2º do art. 26 estará sujeito a padrões de controle de atendimento e de avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, sob a coordenação da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em conformidade com o disposto no Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017. (Redação dada pelo Decreto nº 9.656, de 2018)

§ 1º Os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, e as empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos federais deverão publicar em seus sítios eletrônicos, inclusive em formato de vídeo em Libras, e em suas cartas de serviço as formas de atendimento disponibilizadas para as pessoas surdas ou com deficiência auditiva. (Incluído pelo Decreto nº 9.656, de 2018)

§ 2º Caberá à administração pública no âmbito estadual, municipal e distrital disciplinar, em regulamento próprio, os padrões de controle de atendimento e de avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos referidos no caput. (Incluído pelo Decreto nº 9.656, de 2018)

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, devem incluir em seus orçamentos anuais e plurianuais dotações destinadas a viabilizar ações previstas neste Decreto, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 29. O Distrito Federal, os Estados e os Municípios, no âmbito de suas competências, definirão os instrumentos para a efetiva implantação e o controle do uso e difusão de Libras e de sua tradução e interpretação, referidos nos dispositivos deste Decreto.

Art. 30. Os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, direta e indireta, viabilizarão as ações previstas neste Decreto com dotações específicas em seus orçamentos anuais e plurianuais, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à

realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 31. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.12.2005

IMAGENS E TEXTOS APÓS ALGUMAS ENTREVISTAS

Os relatos dos participantes desta pesquisa revelam que a experiência migratória é marcada por processos complexos de adaptação e sobrevivência. Ao mesmo tempo em que enfrentam dificuldades relacionadas ao emprego, à renda e à regularização documental, esses sujeitos constroem redes de apoio e solidariedade que contribuem para sua permanência e integração na sociedade de acolhimento. Nesse sentido, a análise de suas narrativas permite compreender não apenas os obstáculos encontrados, mas também as estratégias desenvolvidas para enfrentar as adversidades do cotidiano. Família identificada após a entrevista com o pesquisador na imagem1

Imagem1 – Família reunida após entrevista



Fonte: Autor da pesquisa (2026)

Textos escritos na perspectiva de leitura do pesquisador com os entrevistados

Local 1 - onde Manoa / Monta Oliveira

1. Ele pardo surdo é imigrante 2023 mudar Manaus fabrica trabalhar 3 anos demitir depois problema doente.
2. Janderlei vale professor
3. Negro falar sentir aposentador INSS outro vender papel alfabeto manual libras A,B,

4. Mulher esposa casa ajudar negro casa não ter próprio só alugar , ela falar por favor pedir dinheiro ajudar mas janderlei resolver ideia troca – troca dar cesta alimentação . eu paciências. Eu grande difícil mas pensa copia pessoas me por favor pedir fome cesta alimentação.
5. Meu eu amigo conhecer lugar muito surdos venezuelana, perguntar é próprio casa , não ter só alugar casa também problema faltar coisas RG, CPF , algumas coisas... eu entender.

Conforme observação do pesquisador nesse contexto. "Os relatos dos participantes revelam que a experiência migratória dos surdos venezuelanos em Manaus é marcada por dificuldades de inserção laboral, insegurança habitacional, limitações econômicas e obstáculos relacionados à documentação civil. Ao mesmo tempo, os depoimentos destacam a relevância das redes comunitárias de apoio e solidariedade como estratégias fundamentais para a sobrevivência e integração social dessa população."

Local 2 – onde na comunidade Redenção

O relato apresentado a seguir evidencia a experiência de uma migrante surda venezuelana residente na comunidade Redenção, em Manaus. Por meio de sua narrativa, é possível compreender os percursos realizados desde a saída da Venezuela, as dificuldades enfrentadas durante o processo migratório e os desafios relacionados à maternidade, à sobrevivência econômica e ao acesso à assistência social. Além disso, sua experiência permite refletir sobre as condições de vida dos migrantes surdos e sobre os mecanismos de apoio que contribuem para sua integração na sociedade brasileira. A imagem 2 apresenta a entrevistada e companheiro.

Local onde Redenção - Ele conhecer educação legal conversar normal ela, Diosvely Torexs mora casa venezuelana ter filhos 1 menina 8idade e 1 menina 3idade. Ela antecipado junto namorar caminho ônibus chegar fronteira Brasil boa vista acompanha observador lugar precisas só passaporte levar avaliação pesquisar pode livre boa vista depois direito Manaus lugar só rodoviário acampamento dormir mas ela precisar acho prima junto procurar casa alugar ajudar interação. Negócios difícil não gastar só importante comer arroz feijão preto e ovo dias procurar trabalhar fabrica qualquer mas como só ela cuida filhos só filha escola . depois ela separar embora homem . ela responsável filha. Vai precisar BPC conseguir alívio mas precisar negócios dinheiro e todos rotina comer filhos . Ela muito diferente venezuelana e brasil Manaus muito perfeito fácil perto mercado, drogaria , uber .. lá venezuelana longe mercado , ônibus

Imagem 2 – casal de surdos após entrevistas



Fonte: Autor da pesquisa (2026)

Os depoimentos apresentados evidenciam que a experiência migratória dos surdos venezuelanos em Manaus é marcada por desafios que vão além do deslocamento territorial. As narrativas revelam dificuldades relacionadas ao acesso ao trabalho, à moradia, à alimentação, à documentação e aos benefícios sociais, demonstrando as múltiplas vulnerabilidades enfrentadas por essa população no processo de adaptação ao país de acolhimento. Ao mesmo tempo, os relatos mostram que fatores como a surdez, as responsabilidades familiares e as limitações econômicas podem intensificar os obstáculos encontrados na busca por melhores condições de vida.

Por outro lado, as histórias também destacam a importância das redes de apoio constituídas por familiares, amigos, lideranças comunitárias, instituições e membros da comunidade surda. Essas relações desempenham papel fundamental na promoção da integração social, no acesso a informações e na construção de estratégias de enfrentamento das dificuldades cotidianas. Nesse sentido, a solidariedade e o apoio coletivo surgem como elementos essenciais para a reconstrução das trajetórias de vida desses migrantes.

Dessa forma, os depoimentos analisados contribuem para compreender a complexidade das experiências vividas pelos surdos venezuelanos em Manaus, revelando tanto os desafios quanto as possibilidades presentes em seus processos de inclusão social. As narrativas reforçam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à população

migrante e às pessoas com deficiência, garantindo condições mais equitativas de acesso aos direitos, à cidadania e à participação social. Além disso, evidenciam a relevância de ações que promovam acessibilidade linguística, proteção social e oportunidades de desenvolvimento, possibilitando que esses sujeitos construam novas perspectivas de vida em seu contexto de acolhimento.